



PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS
 AUTORES E EDITORES
 DE PLÁSTICO
 EM INVÓLUCRO ECHADO
 PODE ABRI-SE PARA
 VERIFICAÇÃO POSTAL
 CONTRATO 377668



FENPROF Federação Nacional dos Professores

www.fenprof.pt

ABAIXO-ASSINADO/PETIÇÃO

Defender a educação é apostar no futuro

A Educação precisa de investimento e não de cortes que a desvalorizam

A Educação está a ser vítima de fortes cortes orçamentais que, só nos últimos 2 anos, totalizaram 2.300 Milhões de euros, passando a valer apenas 3,8% do PIB, o valor mais baixo da União Europeia. Assim, torna-se ainda mais difícil superar problemas como os do insucesso e abandono escolares, que persistem em taxas muito elevadas, e criar condições que garantam o alargamento efetivo da escolaridade obrigatória para 12 anos.

Estes cortes obrigam à aplicação de medidas que atacam a qualidade do ensino, desvalorizam o trabalho e as condições de exercício profissional dos docentes e colocam grandes dificuldades à afirmação e reforço da Escola Pública.

Tais medidas refletem-se no desemprego dos docentes (*que aumentou 225% nos últimos 2 anos*), na sua estabilidade laboral e profissional (*sendo em número cada vez maior os horários-zero nas escolas*), nas remunerações (*com reduções salariais, cortes dos subsídios ou congelamento das carreiras*) e nas condições de trabalho (*agravamento dos horários de trabalho e perversão das funções docentes*). São, entre outras, medidas como a constituição de mega-agrupamentos, a revisão da estrutura curricular ou o aumento do número de alunos por turma que, no atual momento, contribuem para esta situação negativa.

Os docentes abaixo-assinados, preocupados com a atual situação no setor da Educação, apelam ao sentido de responsabilidade dos decisores políticos para que se altere profundamente o rumo das políticas educativas em curso, que não podem continuar sujeitas, em exclusivo, a imposições de ordem financeira decididas pela troika e aplicadas, de forma agravada, pelo Governo.

ASSINATURA	ESCOLA/AGRUPAMENTO	BI/CC

Assinatura on-line em
www.fenprof.pt



Jornal da FENPROF | Director: Mário Nogueira
 Mensal | n° 259 | Maio 2012 | 0,50 Euros

Administração Pública

INSENSIBILIDADE GOVERNATIVA

Esmagar direitos,
 com efeitos devastadores

Os governantes devem estar loucos!

Provavelmente face ao reconhecimento pela OCDE* de que se mantêm em níveis muito elevados os índices de insucesso dos alunos portugueses, o Ministério da Educação e Ciência decretou recentemente o aumento do número de alunos por turma nos ensinos básico e secundário (mínimo de 26 e máximo de 30). Nuno Crato dá, assim, cumprimento ao seu axioma de que a qualidade das aprendizagens dos alunos é diretamente proporcional à grandeza numérica da turma em que se inserem. Vitor Gaspar vê assim cumprida a norma orçamental que impõe esta medida. A FENPROF discorda de mais este atentado à qualidade do ensino e reafirma a exigência de redução do número de alunos por turma. ●

** O relatório OECD Reviews of Evaluation and Assessment in Education: Portugal analisa as políticas de avaliação no sistema de ensino português e faz uma série de recomendações para melhorar a eficácia dessas políticas. O relatório salienta a necessidade de ter o aluno como o elemento central das políticas de avaliação no sistema de ensino, assegurando o seu parecer na aprendizagem, a sua contribuição para a sua avaliação, atenção individualizada para as suas necessidades e sistemas de apoio em caso de dificuldades específicas*



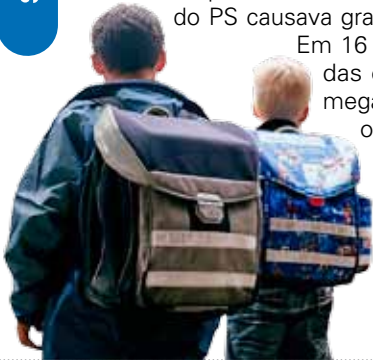
Conselho das Escolas contra mega-agrupamentos

Em 2 de julho de 2010, o conselho das escolas aprovou um documento propondo a suspensão do processo de criação de mega-agrupamentos. O PSD apresentou, então, um projeto de resolução na Assembleia da República, onde se podia ler que a medida imposta pelo governo do PS causava grande preocupação e instabilidade nas escolas.

Em 16 de abril de 2012, coerentemente, o conselho das escolas manifestou-se contra a criação dos mega-agrupamentos e pediu ao governo para parar o processo. O governo, de maioria PSD, não dá qualquer sinal de pretender suspender o processo o que está a causar grande preocupação e instabilidade nas escolas. ●



sobe



Medidas para o próximo ano escolar

Desta vez foi o aumento do número de alunos por turma. Antes já tinham sido a revisão da estrutura curricular, os mega-agrupamentos, a extinção de variados projetos educativos... se considerarmos o que a OCDE nos lembrou – a manutenção de elevadas taxas de insucesso escolar em Portugal, que deverão ser combatidas com medidas concretas – somos levados a concluir que, para o decisor dos assuntos da Educação, Vitor Gaspar, e o seu representante no Palácio das Laranjeiras, Nuno Crato, outros valores mais altos se levantam... ●



desce



Em foco

04

FMI quer “eurobonds” e crescimento económico

António Nabarrete

06

10 medidas imediatas
CGTP-IN avança soluções

Educação Especial

08

Raramente há fumo sem fogo...

Ana Simões

Administração Pública

10

Insensibilidade governativa
visa atacar a qualidade do emprego
e a segurança profissional dos Professores

Luís Lobo

Rede Escolar

13

Mega-agrupamentos
Memória curta e seletiva...

Francisco Almeida

Concursos

14

Negociação suplementar
Ainda que insuficientes,
os resultados foram positivos

Anabela Delgado

16

Evolução do processo negocial
sem acordo da FENPROF

Impressões

22

Revisão da estrutura curricular
...ou a terrível fixação de Nuno Crato
por procedimentos médicos

José Manuel Costa

Reportagem

24

Encontro Nacional de Professores
Aposentados

Este movimento sindical precisa de vós

Estrutura curricular

31

Impacto muito negativo
no emprego docente

Português no Estrangeiro

32

Uma política de língua para o Português

Internacional

34

Por uma Europa Social

Manuela Mendonça



ficha
técnica

Jornal da FENPROF | Propriedade, Redação e Administração: Federação Nacional dos Professores | Rua Fialho de Almeida, 3 | 1070-128 LISBOA | Tels.: 213819190 - Fax: 213819198
E-mail: fenprof@fenprof.pt | www.fenprof.pt | Diretor: Mário Nogueira | Chefe de Redação: Luís Lobo | luis.loblo@sprc.pt | Conselho de Redação: Abel Macedo (SPN), António Baldaia (SPN),
Fernando Vicente (SPRA), Luís Lobo (SPRC), Manuel Grilo (SPGL), Manuel Nobre (SPZS), Nélio de Sousa (SPM) | Coordenação técnica e apoio à Redação: José Paulo Oliveira (jornalista) |
jppo@sapo.pt | Paginação e Grafismo: Tiago Madeira | Revisão: Luís Lobo | Fotos: Jorge Caria e Arquivo FENPROF | Impressão: MULTIPONTO, S.A. | Tiragem média: 58.000 ex. | Depósito
Legal: 3062/88 | ICS 109940 | NIPC: 501646060 | Edição, Distribuição e Publicidade: EDITPROF – Publicações, LDA | NIPC: 509434720 | Capital Social: 5.000,00 euros | Registo:
Conservatória do Registo Comercial – R.N.P.C. Lisboa | Sede: R. Fialho de Almeida, n.º 3 – 1070 Lisboa. O “JF” está aberto à colaboração dos professores, mesmo quando não solicitada. A
Redação reserva-se, todavia, o direito de sintetizar ou não publicar quaisquer artigos, em função do espaço disponível. Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Cá dentro, governantes aplicam, sem dor na consciência, as ordens que lhes chegam do exterior: de mercados que se enchem por conta da miséria alheia e de uma Alemanha que, por força do marco, pretende colonizar todos os que vai apanhando na teia do euro.



Moço de Recados

Os números do desemprego em Portugal não param de crescer. Os 14% até final do ano já vão em 15%, com tendência para o descabro.

Os professores são, neste quadro, dos grupos mais duramente atingidos: aumento do desemprego, entre 2010 e 2011, de 120%, valor que atinge os 225% se considerarmos o biénio 2009/2011. Longe de estancar, o problema agrava-se e, no final do primeiro trimestre de 2012, os números oficiais dizem-nos haver mais 137% de docentes no desemprego, em comparação com igual período do ano passado.

Este brutal ataque ao emprego docente está longe de ter terminado. As medidas impostas pelo MEC/governo/troika ("revisão" curricular, mega-agrupamentos, mais alunos por turma...) traduzir-se-ão, em setembro, na eliminação de milhares de horários, provocando muito mais desemprego e um número nunca visto de horários-zero. Tais medidas, que desqualificam o ensino e desumanizam a escola, são tomadas com este propósito! O governo pretende, assim, livrar-se de despesas, despejando profissionais no caixote do desemprego, tratando-os como material descartável.

Os que se aguentarem nesta "pancada de desemprego" não terão, porém, vida fácil: os horários de trabalho vão agravar-se ainda mais; as condições de trabalho continuarão a degradar-se; os seus alunos terão dificuldades acrescidas para se manterem na escola e obterem sucesso; a instabilidade gerada por regimes de

mobilidade forçada, que estão a ser impostos à Função Pública, será ainda maior; os salários cortados, subsídios roubados, carreiras congeladas e impostos agravados apertarão a garganta de quem já tem a corda à justa, levando muitas famílias à "insolvência", incapazes de satisfazerem compromissos que, responsabilmente, assumiram tendo em consideração a sua situação profissional, as suas disponibilidades financeiras e as suas perspetivas de futuro.

Isto acontece num quadro global de violentíssimo ataque a Portugal e aos portugueses. De roubo! De destruição do Estado Social e de muitas das suas construções democráticas! De perversão da própria Democracia e de muitos dos seus pilares essenciais consagrados na Constituição da República! Tudo isto constitui um crime social gravíssimo que, impunemente, está a ser cometido.

Cá dentro, governantes aplicam, sem dor na consciência, as ordens que lhes chegam do exterior: de mercados que se enchem por conta da miséria alheia e de uma Alemanha que, por força do marco, pretende colonizar todos os que vai apanhando na teia do euro. Merkl dita e, zelosos, os "migueis de vasconcelos" cumprem sem questionar ou tentar saber a opinião do povo.

A postura de Passos Coelho em relação ao tratado orçamental europeu é, mais uma vez, disto exemplo: quis ser o primeiro a declarar-se disponível, demonstrando obediência e servilismo... comportou-se como moço de recados de Frau Merkl... fê-lo com naturalidade, pois não passa disso! ●

MÁRIO NOGUEIRA
(Secretário-Geral da FENPROF)

FMI quer “eurobonds” e crescimento económico

Europa: trabalho sujo quase concluído!

A crise atinge o coração da Europa. O governo holandês caiu na sequência da tentativa de aprovação de um plano de austeridade de 16 mil milhões de euros que permitisse ao país cumprir o objectivo de redução do défice orçamental para 3% do PIB.

ANTÓNIO NABARRETE (Membro do Secretariado Nacional da FENPROF)

A Holanda, tal como a Finlândia, tem sido um dos cães de fila mais activos da “nova Alemanha”, o farol do neoliberalismo criminoso que assola a Europa, bramindo frequentemente contra o “laxismo” dos países do Sul. Soaram as campainhas de alarme! Agora os “eurobonds” já podem ser uma solução e o crescimento económico transformou-se numa necessidade! Mas que ninguém se iluda: não se trata aqui apenas de realismo, medo de contágio, ou hipocrisia despudorada, é o sinal claro de que o trabalho sujo está feito, ou seja, a Europa Social foi morta e enterrada e o Estado Social esfrangalhado, deixando os cidadãos mais pobres, mais desprotegidos e à mercê dos abutres. É preciso avivarmos a memória como base de construção da alternativa que nos devolva a dignidade de cidadãos, os nossos direitos arduamente conquistados e contribua para a derrota da direita ultramontana que nos governa.

Relatório e Contas europeu: estado social destruído, democracia em causa

A famosa crise das dívidas soberanas já fez cair nove governos da União Europeia: da Irlanda à Eslovénia, de Portugal à República Checa, da Grécia à Itália, da Espanha à Eslováquia e agora a Holanda. Com o Estado Social em colapso por toda a Europa, as empresas públicas privatizadas ao “preço da chuva” e os direitos dos trabalhadores fortemente debilitados, Mário Draghi, Presidente do Banco Central Europeu, já fala em substituir o “compacto orçamental” pelo “compacto para o crescimento”. Pelo seu lado, Angela Merkel afirma agora que “a austeridade por si só não resolverá a crise” enquanto Thomas Steffen, o seu Secretário de Estado das Finanças, proclama que “falar de disciplina orçamental não significa que a Alemanha seja uma espécie de talibã da consolidação. Nós não cremos que tudo se resuma à con-

solidação orçamental. Acreditamos muito que a zona euro também necessita de mais crescimento”.

Claro que o próprio FMI, que nesta crise tem conseguido ser um pouco menos fundamentalista (no plano retórico, é evidente!) que a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu, não podia perder esta nova vaga “ideológica”, motivada quer pelo bom andamento do trabalho de desmantelamento do Estado Social na Europa, quer pela hipótese de uma viragem política, tímida embora, que se vai antecipando em França, veio também a terreiro, pela voz de Olivier Blanchard, o seu economista-chefe, que apelou aos alemães para que aceitassem a ideia dos eurobonds. Christine Lagarde, a Directora-Geral do FMI, quer, por sua vez, substituir o “Consenso de Washington” (que tem produzido as receitas neoliberais que devastam a Europa e outros cantos do mundo) pelo “Momento de Washington” (expressão do



encontro da Primavera entre o FMI e o Banco Mundial), que ninguém sabe exactamente o que significa mas que pretenderá dar mais equilíbrio à filia austeritária. Daqui a algum tempo, Marcelo Rebelo de Sousa, Marques Mendes ou mesmo Passos Coelho, papaguearão frases semelhantes. Sem reбуço, nem vergonha! Para não falar dos talibãs de “vão de escada” que enxameiam as televisões, rádios, revistas e jornais para propagar a voz dos donos.

Convém não esquecer que todos eles alinharam em campanhas de intoxicação da opinião pública com a teoria de que “todos vivíamos acima das nossas possibilidades”, campanhas essas que desembocaram na teoria da “inevitabilidade” de empobrecermos cada vez mais já que os direitos são sinónimo de privilégios! Convém não esquecer que a inversão de posições que se avizinha, pelos motivos já expostos, se destina a continuar a comandar o processo e não a melhorar as

condições de vida dos trabalhadores. Isso, só a resistência e a luta de todos e cada um de nós, aqui e pela Europa fora, pode fazer! Por isso, e para isso, é preciso criar condições para uma verdadeira alternativa política que permita o regresso do trabalho digno com direitos!

Um (curto) exercício de memória

A FENPROF e os seus sindicatos não precisaram de esperar que a crise chegasse ao centro da Europa para denunciar a estratégia neoliberal de aproveitamento da situação, por parte dos governos do centro e da direita, para dismantlar o Estado Social, empobrecer os trabalhadores e presentear os grandes grupos financeiros com as empresas-chave dos países em crise. Tal como a FENPROF e os seus sindicatos, também a CGTP e os partidos de esquerda o fizeram profusamente, assim como muitos comentadores sérios que, nos vários órgãos de comunicação social, enfrentando a

hostilidade do “pensamento único” dominante procuraram lutar contra a maré.

Como mero exemplo desta corrente que nunca desistiu de apontar as consequências desastrosas das políticas neoliberais, e porque o exercício de memória é sempre importante, este humilde escriba salientava no JF de Maio de 2011 que “a não haver uma radical inversão do caminho que está a ser trilhado para acorrer às dificuldades financeiras portuguesas, na sequência das condições draconianas previstas no memorando de entendimento com o FMI e a União Europeia para um empréstimo a Portugal de 78 mil milhões de euros [...] espera-nos a recessão, a miséria e a desregulação total das relações de trabalho” e no Escola/Informação do mesmo mês que “com mais tempo para pagar a dívida, com a sua mutualização [eurobonds] que permitiria juros muito mais baixos e um regresso mais rápido aos mercados financeiros, o pacote de medidas de consolidação orçamental



poderia ser muito menos agressivo para os trabalhadores e o crescimento económico uma realidade”.

Por outro lado, em Novembro de 2011, salientava no Escola/Informação que “as garantias do Estado relativamente ao poço sem fundo que é o BPN já ultrapassam os 8.500 milhões de euros (5% do PIB!). Se a isto se juntar o “caruncho” que continua activo na Madeira, o pagamento das “parcerias público privadas”, com crescimento exponencial nos próximos anos, e o “saneamento” das empresas públicas que se querem entregar “limpinhas e baratas” ao capital internacional, temos uma receita para a qual não chegará a “supressão” dos subsídios de férias e Natal dos funcionários públicos e pensionistas e a horrorosa carga fiscal que não pára de aumentar. Se esta lógica, inscrita na Proposta de Orçamento para 2012, não for travada, em meados do próximo ano teremos novas medidas de austeridade sobre as “gorduras do estado” e os “gastadores inveterados”, isto é, sobre os funcionários públicos, os pensionistas e os trabalhadores do sector privado. O corte brutal no rendimento disponível dos portugueses – por via directa através da supressão dos subsídios de férias e Natal, e do aumento dos impostos, e por via indirecta através da imposição, empresa a empresa, do corte desses subsídios seguindo o exemplo do Estado – arrastará consigo uma quebra histórica do consumo privado em 2012 (valores da ordem dos 6% não estão fora de causa!) e levará a uma taxa de desemprego sem precedentes, [...], que poderá tocar os 16% no próximo ano!”

As alternativas existem: lutemos por elas!

Por vezes é preciso lembrar que sem memória não se muda o futuro. O nosso futuro! As inevitabilidades são a tralha de que o poder se serve para justificar o ataque sem precedentes aos direitos dos trabalhadores. A mudança de estratégia que a direita europeia começa agora a ensaiar, obrigada pelas circunstâncias económicas e políticas, deve servir para nos incentivar a lutar pelos nossos direitos e não a esperar que tudo se resolva pelo melhor.

Os trabalhadores, e os professores em particular, sabem que nada se conquista sem luta. O espírito de Abril, de que a grande manifestação da Avenida da Liberdade foi um claro exemplo, está de volta. Não deixemos que esmoreça! Inevitável só a luta! E o 1º de Maio está à porta! ●

10 medidas imediatas

CGTP-IN avança soluções para os problemas da economia nacional



Na sequência de intensa reflexão partilhada por organizações representativas dos trabalhadores de todo o país, a Comissão Executiva da CGTP-IN aprovou um documento estratégico para a resolução de problemas da economia nacional, no qual explana 10 medidas imediatas. O objectivo é contribuir para contrariar o avolumar dos indicadores “de que o país pode seguir uma espiral em que a austeridade provoca desemprego e recessão económica e estas reduzem as receitas do Estado”. Por outro lado, refere o documento da Central Sindical,

“ainda que apenas se conheça a execução orçamental de Janeiro e Fevereiro, há sintomas claros de que as receitas do Estado se estão a ressentir da quebra da actividade económica, não apenas os impostos mas também as contribuições para a segurança social.”

A CGTP lembra o flagelo do desemprego, em massa, com consequências a nível da saída de trabalhadores do país. Num país em que o desemprego já atinge, segundo os dados oficiais 15,2%, a CGTP aponta como principal causa para esta situação “a redução sem precedentes da procura interna, por via

da quebra de salários e rendimento disponível dos trabalhadores e suas famílias”.

Contrariamente à propagandeada ideia que a crise começa a desanuviar-se, avolumam-se os indicadores de que o país pode seguir uma espiral em que a austeridade provoca desemprego e recessão económica e estas reduzem as receitas do Estado. As recentes previsões do Banco de Portugal confirmam que, à recessão de 2012 se seguirá a estagnação em 2013 (com forte probabilidade do cenário para 2013 estar sobreavaliado). A destruição de emprego assume um ritmo insustentável, o que conduz ao aumento contínuo da taxa de desemprego e a uma saída em massa de trabalhadores do país, muitos dos quais jovens com elevadas qualificações.

É preciso impedir esta espiral destruidora da economia e da sociedade, já visível nos indicadores nacionais.

Para isso é necessário:

- Colocar o desenvolvimento e o crescimento no centro da política económica, o que exige: o alargamento do prazo para a redução do défice público, para, entre outras medidas, dinamizar a economia e dar resposta aos problemas dos trabalhadores e das empresas; a renegociação da dívida com o prolongamento dos prazos, a redução dos custos de financiamento e a discussão dos montantes;

- Parar com a política de “desvalorização e retrocesso social”: Ela é socialmente injusta – porque são os trabalhadores quem mais sofre o impacto de uma crise pela qual não foram responsáveis – e economicamente contraproducente, porque a aposta no reforço da competitividade pela baixa dos custos com o trabalho e não por via da qualidade dos produtos, apenas acentuará o declínio do país;

- Adoptar medidas de dinamização da economia, o que exige nomeadamente: um programa de desenvolvimento dirigido ao investimento do sector produtivo e sua modernização; a redução dos chamados custos de contexto; a facilitação do acesso ao crédito para as micro, pequenas médias empresas; a valorização dos serviços públicos e a defesa e reforço das funções sociais do Estado (Educação, Saúde e Segurança Social); o abandono do processo de privatizações e o desenvolvimento de acções que permitam ao Estado o controle dos sectores estratégicos para a economia portuguesa.

- Combater a fraude e a evasão fiscal e contributiva, dado que retira receitas ao Estado e à Segurança Social fundamentais para o financiamento da protecção social e o desenvolvimento económico e é uma fonte de injustiça social.

Neste enquadramento, com a convicção de que existem alternativas a esta política e de que é preciso encontrar soluções para os graves problemas, a CGTP-IN apresenta ao Governo do PSD-CDS 10 medidas que considera mais prementes na situação actual.

“

Para a CGTP-IN, é necessário e urgente colocar o desenvolvimento e o crescimento no centro da política económica, o que exige: o alargamento do prazo para a redução do défice público, para, entre outras medidas, dinamizar a economia e dar resposta aos problemas dos trabalhadores e das empresas; a renegociação da dívida com o prolongamento dos prazos, a redução dos custos de financiamento e a discussão dos montantes.

Criar emprego com direitos. Combater a precariedade.

Medidas urgentes:

1. Retirada das propostas de alteração à legislação laboral para os sectores privado e público;

2. Promover o emprego estável e com direitos; Condicionar os apoios do Estado às empresas, sob a garantia de segurança no emprego e cumprimento dos direitos laborais dos trabalhadores; de igual modo, as políticas activas de emprego devem ser concebidas de modo a promover a estabilidade de emprego

3. Reforço dos meios e da capacidade de intervenção da ACT e da CITE, de forma a assegurar uma melhor fiscalização e controlo do cumprimento da lei por parte das empre-

sas em todos os domínios, sobretudo no que respeita à utilização ilegal de contratos a prazo, contratos de trabalho temporário, subcontratação e falsas prestações de serviços (os chamados recibos verdes), bem como às múltiplas formas de discriminação no acesso ao emprego;

Melhorar a procura interna. Dinamizar a contratação colectiva

Medidas urgentes:

4. Aumento do poder de compra dos salários e revisão urgente do salário mínimo, propondo um aumento de 1 euro por dia, pelo que o novo valor deverá ser fixado em 515 euros, com efeitos a Janeiro de 2012, acompanhada pela redução dos custos de energia e dos combustíveis e da facilitação do financiamento das micro, pequenas e médias empresas.

5. Procura de soluções para o bloqueamento da contratação colectiva, através da intervenção activa do Governo com vista a encontrar soluções para os conflitos emergentes da contratação colectiva; publicação imediata de regulamentos de extensão das convenções colectivas que estão suspensos desde 2011.

Reforçar a protecção social

Medidas urgentes:

6. Aumento imediato de todas as pensões mínimas e discussão de um valor de actualização das restantes pensões;

7. Correção da legislação sobre a condição de recursos, de modo a melhorar o acesso a prestações não contributivas e outros apoios sociais e recálculo oficioso destas prestações e apoios sociais sempre que exista comunicação à segurança social de alterações no rendimento do agregado familiar;

8. Melhoria da protecção social no desemprego, através da reposição das medidas revogadas em 2010, como a redução do período de garantia e o alargamento do tempo de atribuição do subsídio social de desemprego, sem prejuízo da discussão das medidas contidas no DL no 64/2012; o abandono imediato da intenção de reduzir a protecção dos trabalhadores em caso de doença, bem como da tentativa de impor maiores restrições na atribuição do RSI;

9. Revogação do regime das taxas moderadoras, tendo em conta o seu impacto no acréscimo das dificuldades de acesso aos cuidados de saúde por parte de muitos cidadãos, bem como das alterações feitas ao regime de comparticipação dos medicamentos;

10. Reavaliação periódica do regime de transferência para o Estado das responsabilidades relativas às pensões da banca, reconsiderando a taxa de desconto e a tábua de mortalidade e confiando a gestão dos activos ao Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social. ●

Custos do trabalho e competitividade da economia

Mais uma manobra!...

Uma das campanhas de propaganda do governo, patrões, "troika" e do pensamento económico neoliberal, com o objetivo de manipular a opinião pública, visando levá-la a aceitar a redução dos salários dos trabalhadores, é a de que a produtividade do trabalho em Portugal é inferior à dos países da União Europeia...

No entanto, nunca é feita a comparação dos salários dos trabalhadores portugueses com os dos outros países. E todos sabemos que os salários no nosso país são muito mais baixos!...

Num estudo divulgado recentemente, o economista e investigador Eugénio Rosa compara a produtividade em Portugal com a de outros países da União Europeia e também os custos do trabalho, em que apenas uma parte são os salários.

Eugénio Rosa utiliza dados oficiais (os divulgados pelo Eurostat, serviço oficial de estatísticas da UE) e as conclusões a que chega desmentem a propaganda oficial e neoliberal "já que mostram que, em termos relativos, a produtividade em Portugal é bastante superior aos custos do trabalho no nosso país".

Os ultraliberais, destaca o economista, transformaram num lugar comum a "mensagem" que os trabalhadores recebem

salários que não correspondem à produtividade que têm. E com base nisso aparece a estranha teoria que, para aumentar a produtividade e a competitividade, é necessário baixar os salários em Portugal entre 15% e 20%. Trata-se, aliás, de um objectivo das medidas que a "troika" e o governo PSD/CDS estão a impor aos trabalhadores portugueses.

Segundo o Eurostat, em 2011, o custo do trabalho por hora em Portugal, para toda a economia (não incluía a Administração Pública) correspondia a 52,4% do custo médio da União Europeia; a 30,8% do custo da hora do trabalho na Bélgica;

a 40,2% do custo da hora de trabalho da Alemanha; e a 58,7% do custo da hora do trabalho na Espanha.

Se a comparação entre Portugal e os países da União Europeia for feita com os custos do trabalho na indústria, as percentagens obtidas ainda são mais baixas para Portugal. Assim, também em 2011, e de acordo também com o Eurostat, os custos do trabalho por hora na indústria em Portugal correspondiam apenas 43,8%

da média dos países da União Europeia; a 25,4% dos da Bélgica; a 30,1% dos da Alemanha, e a 47% dos da Espanha.

"E tenha-se presente que os custos do trabalho não correspondem na sua totalidade aos salários recebidos pelos trabalhadores", lembra Eugénio Rosa, que esclarece: "Os custos do trabalho para além de incluírem os salários, também incluem as contribuições patronais para a segurança social, as remunerações e despesas dos administradores, etc., e também as indemnizações por despedimentos em cada ano."

Mais uma mentira

"Afirmar que são os custos do trabalho em Portugal a causa da baixa competitividade das empresas e da economia portuguesa, é mais uma mentira e insere-se numa

campanha que visa condicionar e manipular a opinião pública com o objectivo de levar esta a aceitar passivamente, como inevitável, a terapia de choque ultraliberal que está a ser imposta a Portugal e a conduzir a economia e a sociedade portuguesa para o abismo", regista.

Por outro lado, "se compararmos os níveis de produtividade em Portugal com os dos outros países da U. E., e se os relacionarmos com os custos do trabalho anteriores, fica claro mais uma mentira da campanha de manipulação da opinião pública que está em curso no nosso país", conclui Eugénio Rosa. ●



“

Afirmar que são os custos do trabalho em Portugal a causa da baixa competitividade das empresas e da economia portuguesa, é mais uma mentira e insere-se numa campanha que visa condicionar e manipular a opinião pública

JUSTIÇA

MEC condenado pela 9ª vez a pagar a compensação por caducidade

Já não restavam dúvidas: o MEC é obrigado a pagar aos professores a compensação por caducidade de contratos, mas não quer respeitar a lei. Por essa razão, para além da posição já manifestada pela Procuradoria de Justiça, sem surpresa, as sentenças sucedem-se, umas após outras, a condenar o MEC a pagar o que, a bem, recusa fazer. E como os responsáveis do Ministério da Educação e Ciência não assumem o pagamento a todos os professores cujos contratos caducaram, como estão obrigados, após esta 9.ª sentença haverá a 10.ª... a 20.ª... a 100.ª... a 500.ª... tantas quantos os processos que a FENPROF interpôs.

Com a sua prática de desrespeito pela lei, o MEC está a descredibilizar o Estado de Direito Democrático, o que é absolutamente inaceitável, agindo como se nos encontrássemos numa qualquer ditadura de uma "república de bananas", em que a lei não é para cumprir e de pouco vale o que ela consagra. Face a tal postura, inaceitável no plano legal e democrático, a FENPROF vai recorrer à Procuradoria-Geral da República e à Assembleia da República para que, dentro das respetivas competências, sejam tomadas as medidas indispensáveis à resolução desta situação, generalizando-se o pagamento da compensação por caducidade a todos os que a ela têm direito. Entretanto, com esta nona sentença, alarga-se até 12 de abril de 2013 o prazo para os professores que não receberam a compensação a que tinham direito, a requererem na sua escola (apoio jurídico está a ser prestado pelos Sindicatos da FENPROF). ●

Raramente há fumo sem fogo...

Na sequência da apresentação, pelo MEC, do projeto sobre alterações curriculares, a par da leitura do disposto no despacho nº 5106-A/2012 de 12/4 (sobre constituição de turmas), ficou no ar a possibilidade de criação de “turmas de nível” nas escolas públicas portuguesas.

ANA SIMÕES

(membro do SN da FENPROF, Coordenadora do Departamento de Educação Especial)

O diploma legal não refere explicitamente a criação destas turmas, afirmando apenas que “... na formação das turmas deve ser respeitada a heterogeneidade do público escolar, podendo, no entanto, o diretor perante situações pertinentes, e após ouvir o conselho pedagógico, atender a outros critérios que sejam determinantes para o sucesso escolar”. Contudo, se tivermos em conta o que refere o documento ministerial a propósito dos currículos “implementar medidas que incrementem a igualdade de oportunidades, de homogeneidade relativa em disciplinas estruturantes, ao longo de todo o Ensino Básico...” logo identificamos a origem do fumo. E como raramente há fumo sem fogo...

Convém lembrar que, em Portugal, há muitos anos atrás (em 1929), foi autorizada a organização de classes especiais que excluíam os alunos com deficiência, agrupados por tipologias (classes especiais para atardados, anormais pedagógicos e ortofonia) e sem contacto direto e diário com os seus pares que não apresentavam nenhuma condição de deficiência. Convém, também, lembrar que nessa altura a perspetiva de uma escola/educação inclusiva ainda nem sequer se colocava no horizonte das políticas educativas, nomeadamente em Portugal.

A chamada fase de integração (que teve início na década de 70) possibilitava que os alunos com deficiência frequentassem escolas públicas do ensino regular mas em salas separadas dos seus colegas, num ambiente que era de segregação e exclusão.

Após 1994, e com os compromissos internacionais assumidos pelo governo português ao subscrever a Declaração de Salamanca, a perspetiva passa a ser, inequivocamente, de inclusão e de igualdade de oportunidades para TODOS os alunos nas escolas públicas, independentemente das suas características,

interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem.

Contudo, a publicação do DL 3/2008, de 7 de Janeiro – com a conseqüente classificação dos alunos através da CIF e a criação das escolas de referência e unidades especializadas e de ensino estruturado – representa um retrocesso educativo e social profundo na área da Educação Especial. Este diploma traduz um retorno à fase da chamada integração.

Complementado agora com o despacho referido no início, algumas escolas são levadas a interpretar a lei como apontando para a criação de “turmas de nível”, com os “atardados ou anormais pedagógicos”, que nada aprendem, a frequentarem turmas próprias, sendo, assim, separados dos “inteligentes” que são “o orgulho da escola”.

Se isto acontecer, o regresso às “classes especiais” poderá ser mais um passo na exclusão educacional e social dos alunos

com NEE, antevendo a sua segregação total no sistema de ensino e a sua transferência para as instituições, o que representaria um retrocesso ainda maior, agora, já não só ao nível educativo e social, mas também civilizacional, o que constituiria uma vergonha nacional.

Exclusão – Integração – Inclusão – Integração – que futuro?

Haverá pais e encarregados de educação e eventualmente alguns docentes que não se oporiam a uma solução deste tipo, mas nenhum ser humano está isento de, a qualquer momento da sua vida, ser “excluído” da sociedade pelas mais diversas razões, incluindo a de condição de deficiência, e, acredito que, a esmagadora maioria defende e luta por uma sociedade cada vez mais inclusiva, banindo, de vez, os “ghettos” que nunca serão “solução possível” num contexto de inclusão.

Dirão alguns que a criação das “turmas de nível” não está no horizonte, como dizem de outras matérias relativas à Educação... mas quantas são as coisas que passaram de impossíveis a realidade? Quantas não foram as que “nem lhes passava pela cabeça”, mas se transformaram em lei?

A FENPROF sempre rejeitou a discriminação dos alunos com NEE e sempre reivindicou o direito de igualdade de oportunidades para **todas** as crianças e jovens, independentemente das suas características, interesses, capacidades e necessidades, numa perspetiva de educação/escola/sociedade inclusiva.

Os docentes têm a obrigação de construir, com **todos** os seus alunos, uma escola/sociedade cada dia mais inclusiva, sem preconceitos e discriminações. Este é o desafio de toda a comunidade educativa. A FENPROF estará sempre com aqueles que defendem a Escola Pública de Qualidade, Democrática e **Inclusiva**. •



“

Os docentes têm a obrigação de construir, com todos os seus alunos, uma escola/sociedade cada dia mais inclusiva, sem preconceitos e discriminações. Este é o desafio de toda a comunidade educativa.

Insensibilidade governativa

visa atacar a qualidade do emprego e a segurança profissional dos Professores

LUÍS LOBO* (membro do SN da FENPROF e do Secretariado da Frente Comum)

Banco de horas, adaptabilidade dos horários, despedimento, redução de indemnizações, mobilidade forçada!

Governo quer impor à Função Pública, logo, também aos milhares de docentes das redes públicas de Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico, Secundário e Superior, medidas muito graves e que constituirão uma alteração muito profunda nas leis laborais. As propostas apresentadas no passado dia 23 de Abril e que foram tratadas na reunião da Frente Comum com o Secretário de Estado da Administração Pública, de sexta-feira, 27, visam rever a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (Vínculos, Carreiras e Remunerações), e a Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro (Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas).

Encenações

Grave, no entanto, a par das próprias medidas, é o facto de as negociações com o Ministério das Finanças, com a Secretaria de Estado da Administração Pública, serem encenações, que visam dar a ideia de disponibilidade e de cumprimento da lei de negociação colectiva, quando, de facto, tem sido claro e expressamente referido o interesse em aplicar ao sector público as regras que já foram acordadas entre a UGT, os patrões e o governo na concertação social.

A percepção da gravidade das medidas com que o governo de Passos e Portas querem ajustar as leis do privado à administração pública, dentro de uma linha de acção que é a de progressiva e insistentemente o Estado ir largando responsabilidades com sectores chave do plano social (educação, saúde, segurança social,...), exigem oposição, protesto e acção, que afirmem o NÃO de todos os sectores da administração pública e o fim da sujeição do país aos ditames e ingerência estrangeiros, de Merkel/Sarkozy,

do FMI/BCE e da Comissão Europeia. São as medidas decorrentes do pacto de agressão e empobrecimento (a que pomposamente chamam resgate da economia portuguesa) que estão a condicionar as finanças e a economia portuguesas, com consequências gravíssimas no plano social, mas com efeitos imediatos no desemprego. No caso dos professores estas medidas não só agravarão os vínculos estabelecidos dos trabalhadores com o Estado como farão da instabilidade e da precariedade regra e não excepção.

Por outro lado, ao avançar com este simulacro de negociação que mais não visa do que transformar o debate sobre medidas em definição da forma como vão ser aplicadas, empobrece o processo negocial e a democracia e não tem qualquer interesse para os trabalhadores. E foi, tendo em conta a gravidade das medidas propostas pelo governo que a FENPROF, à saída da reunião de 27 de Abril, declarou: "dadas as graves consequências destas medidas, rejeita, em absoluto, a criação de bancos de horas (individuais e de grupo), a adaptabilidade dos horários de trabalho, os despedimentos (disfarçados como cessação por mútuo acordo), redução de indemnizações (por caducidade, cessação,...) e do valor das horas extraordinárias, ou mobilidade geográfica". Quanto a esta matéria, uma das mais graves das apresentadas, o/a trabalhador/a pode ser deslocado do seu actual posto de trabalho, a que está, de momento, ligado por concurso, para dezenas de quilómetros, sem que tenha a possibilidade de alegar prejuízo. Uma medida que visa outra de maior dimensão e impacto e que pode traduzir-se em rescisão por "mútuo" acordo (forma camuflada de despedir), cujas indemnizações deixam de poder ser negociadas, obrigando-se o trabalhador a aceitar, independentemente das suas condições específicas, o que vier a ser estipulado.

Para a FENPROF estas medidas se vierem a ser aplicadas aos professores ou, de uma forma geral, a todos os trabalhadores das escolas, terão efeitos devastadores no serviço público de Educação. Para esta tomada de posição da Federação conta muito



o facto de estarmos a passar um momento em que o governo está apostado em tomar medidas "destinadas a eliminar milhares de horários de trabalho", seja por via da agregação/fusão de agrupamentos e escolas, seja pelas graves medidas introduzidas no plano da organização da estrutura curricular em todos os níveis de ensino básico e secundário, seja pela extinção de postos de trabalho que resultarão do aumento do número de alunos por turma, seja pelo encerramento de mais escolas do 1.º ciclo do ensino básico, seja pelo agravamento do horário de trabalho, seja pela não abertura de concursos para ingresso em categoria da carreira no ensino superior, seja pelo aperto financeiro e o corte brutal no financiamento das instituições de ensino superior.

Desemprego

Ao mesmo tempo, como referiu já a FENPROF, "a possibilidade de flexibilizar os horários de trabalho, com o recurso a bancos de horas ou à sua adaptabilidade, a par da redução do valor de indemnizações e outros direitos, terá efeitos devastadores num grupo



Esmagar direitos, com efeitos devastadores na Educação

Para a FENPROF, se as medidas que o Governo quer impor vierem a ser aplicadas aos professores ou, de uma forma geral, a todos os trabalhadores das escolas, haverá efeitos devastadores no serviço público de Educação.

profissional que entre 2009 e 2011 viu o desemprego aumentar 225%, valor que poderá disparar violentamente” a partir do mês de Setembro. Situação, aliás que se agravou já no primeiro trimestre de 2012 com um aumento de 36% do desemprego docente.

É neste quadro de grande descontentamento e repúdio pelas novas e duras medidas que o governo de Passos Coelho, Vitor Gaspar e Nuno Crato querem impor, que é necessário e justificável dirigir o apelo a todos os docentes para que se assumam e transformem a sua insatisfação e indignação pelo ataque em consciência colectiva e activa. É necessário lutar! “A resignação e/ou acomodação seriam más opções e teriam consequências incalculáveis para os professores. Lutar contra estas medidas é a única forma de as combater e evitar.” – refere a nota emitida pela FENPROF. ●

* O autor deste texto não escreve segundo as regras do Acordo Ortográfico de 1990

Plenário e Manifestação dia 25 de Maio em Lisboa

Tendo em conta o processo de simulação negocial a decorrer, a Frente Comum realizou uma reunião da sua Coordenadora. Este encontro de trabalho, após a saída da reunião com o governo, visou avaliar as reuniões dos SEAP/governo e prosseguir a análise das medidas que estão contidas na proposta apresentada aos Sindicatos e perspectivar consequências. No final, a Frente Comum aprovou a convocação de um Plenário Nacional de Sindicatos da Administração Pública, para dia **25 de Maio**, a partir das **14h30**, com **manifestação pública junto ao Ministério das Finanças**. O apelo de todos os sindicatos presentes vai para que haja uma forte presença de trabalhadores dos vários sectores da administração pública, mas com acrescida responsabilidade para todos os dirigentes, delegados e activistas sindicais. ●

Apreciação da Frente Comum às propostas do governo, entregue na reunião de 27 de Abril

Alterações à Lei de Vínculos Carreiras e Remunerações (Lei 12-A/2008, de 27/2)

Art.º 32.º – Cessação da nomeação

- Passa a designar-se cessação por mútuo acordo, em vez de “mediante justa compensação” propõe “mediante compensação prevista na Lei” - tal, impedirá a negociação da mesma;

- Com a alteração anterior, o governo propõe uma alteração (no n.º 3), que prevê a sua regulamentação por Portaria dos membros do governo responsáveis pelas finanças e pela Administração Pública (AP), remetendo para “as disposições do Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas (RCTFP) relativas à cessação por acordo” – tais disposições constam das propostas de alteração aos art.ºs 255.º e 256.º do RCTFP.

Art.º 61.º – Acordos (refere-se à mobilidade)

- Alarga a mobilidade interna, sem acordo do trabalhador, aos concelhos das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, consoante aquela onde reside o trabalhador (alínea b) do n.º 2);

- A alteração à alínea c) impõe a possibilidade de o trabalhador poder ser deslocado para um local de trabalho em qualquer concelho que se situe até 60 Km da sua residência. Desta forma, é eliminada a atual redação, através da qual o trabalhador pode invocar “prejuízo sério” para contrariar a transferência para qualquer concelho do país, se a despesa mensal para as deslocações ultrapassar 8% da remuneração líquida mensal e o tempo gasto nas deslocações exceder 25% do horário de trabalho (ou, excedendo-o, não ultrapasse o tempo gasto atualmente);

Aditamento do art.º 61.º - A – Mobilidade interna temporária em serviço com unidades orgânicas descentralizadas

- O objetivo é o de alargar a mobilidade interna dita temporária (até 1 ano),

ainda para além dos limites, já de si alargados, do artigo 61.º, para as carreiras de nível de complexidade 2 ou superior – prevendo, neste caso, o pagamento de ajudas de custo por inteiro no primeiro mês e de 50% nos seguintes. O SEAP havia apelado a que fizéssemos uma proposta de incentivos para a mobilidade, que foi apresentada (recusando alterações dos critérios e limites atuais), mas que ele pura e simplesmente ignorou. A proposta, agora apresentada pelo governo, só prevê ajudas de custo neste caso e revoga o Decreto-Lei que “Estabelece o regime geral de atribuição de incentivos à mobilidade dos recursos humanos na Administração Pública” - DL 190/99, de 5/6.

Alterações à Lei 59/2008, de 11/9, ao Regime e ao Regulamento

Na Lei

Art.º 8.º – Disposições aplicáveis aos trabalhadores que exercem funções públicas na modalidade de nomeação

- Além da anterior proposta de retirar do RCTFP a matéria relativa ao trabalhador estudante, remetendo essa matéria para a regulamentação do Código de Trabalho (CT) (para nomeados e em regime de contrato de trabalho em funções públicas) e de aplicar aos nomeados os artigos 292.º a 297.º do Regime (Proteção especial dos representantes dos trabalhadores e Informação e consulta), o governo acrescentou agora as seguintes alterações:

- A retirada da matéria sobre Proteção da maternidade e da paternidade, com a revogação da alínea d) – os nomeados ficam sujeitos às normas transitórias acrescentadas ao art.º 19.º;
- A sujeição dos nomeados ao regime de férias e remuneração do período de férias, bem como de faltas, do RCTFP.

Art.º 19.º – Regras especiais de disposições aplicáveis aos trabalhadores que exercem funções públicas na modalidade de nomeação

- Introdução de normas transitórias até à regulamentação do regime de proteção social convergente, ficando, até lá, “sujeitos às demais normas que lhes eram aplicáveis à data da entrada em vigor da presente lei” – aplica-se-lhes os n.ºs 2 e 3 do art.º 179.º do Regime e os art.ºs 29.º a 54.º do DL 100/99, de 31/3, respetivamente, para o direito a férias aos trabalhadores com contrato suspenso por motivo de doença e para as faltas por doença.

No Regime

Art.º 176.º – Marcação do período de

férias (1) alarga a possibilidade de gozo de férias em idêntico período aos cônjuges ou aos que vivam em união de facto quando um deles tenha de gozar férias num determinado período do ano (novo ponto 6); (2) admite que aos dias de férias possam ser gozados em meios dias, no máximo de 4 (novo ponto 7).

Art.º 192.º – Efeitos das faltas injustificadas
Vem estabelecer que as faltas injustificadas anteriores ou posteriores a dias (ou meios dias) de descanso ou feriados abrangerão estes dias (novo n.º 3).

Art.º 208.º – Remuneração do período de férias

Acrescenta-se a clarificação de que o subsídio de férias será pago depois do mês de junho, quando a aquisição do respetivo direito ocorrer a partir desse mês .

Art.º 212.º – Trabalho extraordinário

Diminui o acréscimo para metade do valor atual.

Art.º 213.º – Feriados (trabalho extraordinário)

Diminui o descanso compensatório ou o acréscimo da remuneração para metade – o descanso é igual à duração do trabalho e passará para “metade do número de horas prestadas” ou, em alternativa, o acréscimo de 100% na remuneração passaria para 50%.

Art.º 252.º – Caducidade do contrato a termo certo

Diminui a compensação de 3 ou 2 dias por mês (consoante o período do contrato exceda ou não os 6 meses) para 20 dias de remuneração base por cada ano completo de antiguidade, com o limite de 20 vezes a rmg (9.700 euros) ou 12 vezes a remuneração base mensal.

Art.º 253.º – Caducidade do contrato a termo incerto - Aplicação do referido para o Art.º 252.º.

Art.º 255.º – Cessação por acordo (incorpora a matéria tratado no atual art.º 256.º)

Regulamenta as formalidades a seguir para a cessação por acordo; destaca-se o facto de o trabalhador não poder constituir novo vínculo de emprego público ou prestação de serviços à administração direta e indireta do Estado durante o número de meses igual ao quádruplo do número resultante da divisão do montante da compensação atribuída pelo valor de 20 dias de remuneração base.

Aditamentos

Art.º 127.º-A – Adaptabilidade individual

Introduz a possibilidade de definição individual do aumento do período normal de trabalho em termos médios – aumento até 2 horas diárias e 45 horas semanais.

A proposta que venha a ser feita ao trabalhador para este efeito presume-se aceite se o trabalhador a ela se não opuser, também por escrito, nos 14 dias seguintes ao seu conhecimento. Põe em causa a negociação/contratação coletiva.

Art.º 127.º-B – Adaptabilidade grupal –

Introduz a adaptabilidade grupal, a aplicar a todos dos trabalhadores de uma equipa, secção ou unidade orgânica desde que 60% sejam abrangidos pelo respetivo instrumento de regulamentação coletiva. Mas mesmo sem qualquer Instrumento Regulador de Contratação Coletiva (IRCT), se 75% dos trabalhadores tiverem aceite (ou tiver sido obrigada a aceitar) a adaptabilidade individual também poderá aplicar-se a todos os trabalhadores da equipa, secção ou unidade orgânica.

Art.º 127.º-C – Banco de horas

Introduz o banco de horas por IRCT. O período normal de trabalho poderá vir a ser aumentado até 3 horas diárias e 50 semanais, com o limite de 200 horas por ano; porém, o IRCT pode afastar este limite.

Art.º 127.º-D – Banco de horas individual

Introduz a possibilidade de instituição individual do banco de horas – o período normal de trabalho pode ser aumentado até 2 horas diárias e 45 horas semanais, com o limite de 150 horas por ano.

Art.º 127.º-E – Banco de horas grupal T

Tal como para a adaptabilidade grupal, o IRCT que institua o banco de horas previsto no art.º 127.º pode prever a sua aplicação a uma equipa, secção ou unidade orgânica, em condições idênticas.

Da mesma forma, se 75% dos trabalhadores tiverem individualmente aceite o banco de horas, poderá aplicar-se ao conjunto dos trabalhadores.

Art.º 255.º-B – Cessação por acordo – situação de mobilidade especial (SME)

Introduz a possibilidade de o trabalhador requerer, após o início da fase de requalificação (a partir do 3.º mês) acordo de cessação. Para a compensação aplicam-se as regras do art.º 256.º – aplica-se igualmente a regra do n.º 4 do art.º 255.º do RCTFP.

Há um novo limite para a compensação: o montante global não pode ser superior às prestações a que teria direito em SME até à idade legal de reforma. E o valor da remuneração base mensal a considerar é aquele que auferia antes da SME.

MEGA-AGRUPAMENTOS

Memória curta e seletiva...

FRANCISCO ALMEIDA (membro do SN da FENPROF)



Em 9 de julho de 2010, a Assembleia da República aprovou a Resolução nº 95 em que se “recomenda ao Governo critérios de qualidade no reordenamento da rede escolar”.

Esta resolução contou com os votos favoráveis dos partidos que hoje governam o país. Agora que o MEC trata de querer impor mais mega-agrupamentos importa transcrever parte daquela resolução: “4 – A reorganização dos agrupamentos de escolas seja pautada pelos seguintes critérios: a) Que nenhum agrupamento possa ultrapassar a frequência de 1500 alunos; b) Que não se concentrem num mesmo edifício escolar os alunos de mais de dois ciclos de ensino; c) Que a partir dos 700 alunos o agrupamento de escolas ou a escola não agrupada mantenha a sua autonomia de gestão; d) Que o processo de associação entre escolas e agrupamentos surja da iniciativa e das dinâmicas das escolas e não seja uma imposição das direcções regionais de educação.”

No mesmo dia, a Assembleia da República, também com os votos favoráveis dos partidos da atual maioria, aprovou a Resolução nº 94 que recomenda ao Governo que

“2 – Desenvolva, num prazo de dois anos, uma carta educativa nacional que plasme uma estratégia de gestão da rede escolar e que seja construída com envolvimento das autarquias locais, nomeadamente partindo das suas cartas educativas, das comunidades educativas e dos órgãos de gestão e administração escolar, das associações de pais e encarregados de educação e das associações de estudantes, (...)”

Ora, como todos sabemos, a memória do Governo e da maioria que o suporta na AR é curta e seletiva. Ainda não passaram dois anos e já se preparam para ignorar completamente o que votaram, apresentando às escolas/agrupamentos e autarquias soluções de constituição de mega-agrupamentos que chegam a raiar o disparate quer pela sua dimensão, quer, outras vezes, pelas distâncias que separam as escolas.

Desemprego

Trata-se de verdadeiros emparcelamentos cujo único objetivo é reduzir o investimento na educação, colocando milhares de professores no desemprego e em situação de horário zero, prontos para seguirem para a mobilidade especial – no último processo de emparcelamento foram eliminados 5.000 postos de trabalho de professores e educadores.

De um outro ponto de vista, não menos importante, cabe registar que a experiência mostra que estes emparcelamentos geraram dificuldades e problemas na vida e no funcionamento dos estabelecimentos da

educação pré-escolar, do ensino básico e do ensino secundário: i) impedindo um funcionamento eficaz e com sentido de utilidade das suas estruturas; ii) o relacionamento entre professores, alunos, pais, trabalhadores não docentes, órgão de gestão, estruturas inter-médias, ... tornou-se impessoal e distante; iii) perdeu-se a gestão de proximidade, cresceu a burocracia, o formalismo e as dificuldades na resolução dos problemas quotidianos; iv) a concentração num único edifício de alunos de várias escolas potenciou fatores geradores de agressividade e violência que têm vindo a preocupar a sociedade portuguesa.

Mas, o Governo PSD/CDS não quer saber destes problemas e dificuldades que estão colocados nas escolas e, à ponta da baioneta, quer continuar o emparcelamento de escolas e agrupamentos iniciado por José Sócrates e Lurdes Rodrigues para empurrar para o desemprego milhares de profissionais da educação e criar condições para por fim a qualquer ar democrático que ainda possa existir na direção e gestão das escolas portuguesas, recentralizando a gestão e erguendo um novo patamar na administração educativa.

Termino recordando o que há algum tempo escrevi no Jornal da FENPROF: “as opções políticas do Governo são claras - os professores, os pais, as crianças e os jovens que paguem a roubalheira e a nacionalização dos prejuízos dos BPN’s todos; a Escola Pública que corte o que os bancos não pagam em impostos e ganham em juros e comissões de agiotagem; o futuro do país que seja hipotecado à estranha justiça que permite que umas dúzias escapem aos impostos por antecipação de lucros, por ocultação de rendimentos nos *offshore*, por transferência das sedes para o estrangeiro ... ou na economia paralela” ... enquanto o Povo deixar! •

Carta aos presidentes de todas as AMs

A FENPROF enviou recentemente uma carta aos Presidentes de todas as Assembleias Municipais a propósito do processo de agregação de escolas, vulgarmente conhecido por constituição de mega-agrupamentos. Para a FENPROF este é um processo que desumaniza a vida das escolas, afasta a sua gestão das famílias, como de toda a comunidade educativa, e provoca o aumento do desemprego de docentes e não docentes o que também irá afetar a atividade económica de vários concelhos do país. Face a isto, a FENPROF solicita que nas reuniões a realizar este mês, as Assembleias Municipais agendem a discussão deste assunto para discussão. •

Negociação suplementar: Ainda que insuficientes, os resultados foram positivos

A FENPROF recusou o encerramento apressado do processo negocial sobre a legislação relativa aos concursos, quando outras organizações sindicais se dispuseram a assinar rapidamente um acordo com o governo sobre uma matéria que teria merecido por parte de todos mais alguns esforços no sentido levar o governo a consagrar no diploma matérias essenciais à estabilidade efetiva do corpo docente e, conseqüentemente, das escolas.

A FENPROF requereu a negociação suplementar obrigando desta forma o governo a reabrir o processo que tinha considerado já encerrado com outras organizações sindicais. Confirmando-se, uma vez mais, que mesmo em matérias sobre as quais não há acordo em aspetos essenciais, é sempre possível melhorar as soluções finais, no quadro da negociação suplementar, foi possível alcançar alterações e clarificações importantes em aspetos importantes para os docentes que se candidatam aos futuros concursos. São disso exemplo, as alterações introduzidas nos artigos 9.º, 10.º e 11.º, assim como diversos compromissos relativamente a soluções a adotar, que farão parte das atas negociais.

Artigo 9.º - O MEC aceitou clarificar que os docentes não colocados em "DACL" que transitem para a "reserva de recrutamento" se manterão candidatos apenas às preferências antes manifestadas e não a dois QZP.

O MEC aceitou igualmente clarificar o texto da proposta ficando claro que os docentes dos QZP não terão de se candidatar a 2 QZP, mas apenas ao seu e a um código de escola ou de agrupamento de outro QZP.

Aceitou ainda que os docentes candidatos ao concurso de contratação poderão concorrer simultaneamente a horários com duração anual e horários de temporária. Podem garantir assim a colocação prioritária em



horários anuais. Evita-se assim que no próximo ano se repita a situação ocorrida nos 2 últimos anos, com particular destaque para o presente ano, com centenas de docentes mais graduados a serem ultrapassados por candidatos menos graduados por terem optado por concorrer prioritariamente a horários anuais e, em consequência, terem sido retirados da bolsa de recrutamento para colocação em horários temporários.

Artigo 10.º - O MEC aceitou que os docentes, ainda que não colocados à data da abertura do concurso, integrarão a 1ª prioridade do concurso desde que cumpram os requisitos estabelecidos na lei.

Aceitou ainda integrar em ata final negocial a consagração de um regime transitório, até à realização do próximo concurso externo, aplicável aos docentes que ingressaram no ensino público e que, nos termos da atual legislação, seriam integrados na primeira prioridade. Esta situação será salvaguarda em sede de Aviso de Abertura do concurso, visto tratar-se de uma situação transitória.

Artigo 11.º - Sobre a consideração de bonificações na graduação em concurso em função das menções obtidas no processo de avaliação de desempenho, de que a FENPROF discorda, a ser aplicada, é indispensável que seja reconhecida a avaliação dos docentes das Regiões

Autónomas, bem como de docentes colocados em IPSS ou instituições dependentes de outros ministérios, sob pena de ser criada uma situação discriminatória e muito penalizadora destes docentes. Esse compromisso deverá ser assumido em ata negocial. Segundo o MEC, está praticamente concluído um projeto de diploma legal que estabelece um quadro de equivalências que resolverá esta grave omissão, referente à avaliação obtida fora da rede pública do MEC.

Não foi porém possível alcançar qualquer acordo com o MEC porque, em aspetos essenciais, o MEC não alterou as suas posições: vinculação, requisitos para integração de docentes na 1ª prioridade, periodicidade do concurso, renovação de contratações, inclusão de entrevista como critério de seleção, ainda alguma desigualdade de candidatura dos docentes das Regiões Autónomas...

Há também matérias relativamente às quais continuam a desconhecer-se as propostas concretas do MEC, sendo disso exemplo, os destacamentos de docentes por motivo de doença (sua ou de familiar), a consideração da avaliação de desempenho de todos os docentes (Regiões Autónomas, Instituições fora do MEC ...) ou a harmonização dos grupos da Educação Especial. •

Concursos para 2012-2013: iniciou-se a candidatura à contratação

Num quadro em que o futuro de milhares de professores é extremamente incerto, decorre até 27 de abril a fase do concurso relativa à contratação, prevendo-se que a manifestação de preferências em julho.

Não estando ainda publicada nova legislação esta fase realiza-se de acordo com a legislação ainda em vigor (DL 20/2006 com a redação do DL 51/2009), não havendo, em consequência, qualquer alteração às prioridades como aliás tinha ficado acordado na fase da negociação suplementar.

De acordo com informação colhida numa reunião com a DGAE o restante calendário dos concursos decorrerá do seguinte modo:

- Condições específicas – maio, de acordo com despacho a publicar.
- Mobilidade interna – junho (em princípio, de acordo com a nova legislação que entretanto deverá ter sido publicada).
- Reserva de recrutamento – setembro.
- Oferta de escola – setembro.

Alguns aspetos importantes:

Serão publicadas listas das colocações em Reserva de Recrutamento.

Serão obrigatoriamente publicitados os itens a considerar dentro de cada critério de seleção dos candidatos à oferta de escola (entrevista ou avaliação curricular). É obrigatória a publicitação de listas graduadas dos candidatos.

Mobilidade DCE's – (com cuidada verificação de toda a documentação enviada, este DCE decorrerá do artº 68º do ECD e de despacho a publicar, que manterá as condições atualmente previstas na legislação em vigor).

Mobilidade interna (atual DACL) – será pedida uma previsão às escolas do número de possíveis candidatos a DACL (por excesso). Em agosto esta previsão pode ser alterada sendo apenas permitida a retirada de candidatos e não o seu acréscimo. Assim estes professores podem optar em ser só candidatos a DACL (1ª prioridade) ou DACL e mobilidade interna (atual DAR). •



Negociação da legislação de concursos,
colocações e quadros de pessoal docente

Evolução do processo negocial sem acordo da FENPROF

É fundamental conhecerem-se os contornos de uma negociação que fica marcada pela “ansiedade” de, mais uma vez, os Sindicatos da UGT darem o SIM às propostas do governo.

Chegou a haver um acordo de Crato com essas organizações ditas sindicais, assinado numa madrugada, para o qual a comunicação social já tinha agenda, quando ainda decorriam as negociações com a FENPROF e persistiam irregularidades e incongruências internas no texto assinado, designadamente pela FNE.

O facto de se suscitar a negociação suplementar e de aquele acordo não ter validade

jurídica permitiu que a FENPROF ainda aproveitasse o final do processo para poupar os professores aos disparates de um ministro que, de facto, não percebe nada disto e está mal rodeado.

Porém, o facto de não estar consagrado um conjunto de princípios já sufragados pelos docentes de todos os níveis de educação e de ensino e que, em alguns aspectos, chegaram a ter o apoio parlamentar dos partidos agora no governo, fez com que a FENPROF não pudesse, de nenhum modo, dar o seu acordo ao novo diploma.

Porém, o adiamento de algumas me-

didias, por manifesta falta de tempo em as aplicar já este ano lectivo, obriga-nos a manter esta como uma frente reivindicativa activa até à completa satisfação das nossas exigências. Aspectos que não se prendem só com a mecânica dos concursos, são, sim, de ordem sistémica, de defesa de direitos e de valorização da Escola Pública. | Luís Lobo não escreve segundo as regras do Acordo Ortográfico de 1990 •

O quadro que apresentamos nas páginas seguintes foi realizado por Vitor Godinho, da direcção do SPRC e membro do grupo negociador

	Proposta inicial do MEC	Solução com acordo da FNE e outros	Solução após negociação suplementar
Vinculação	Ausência de qualquer mecanismo de vinculação de professores	Aceitação da proposta inicial do MEC	Sem alteração. FENPROF discordou, defendendo a aprovação de um mecanismo de vinculação dinâmica em termos idênticos ao consagrado no Código do Trabalho
Periodicidade do Concurso	Quadrienal	Aceitação da proposta inicial do MEC	Sem alteração. FENPROF discordou, defendendo a abertura anual de concursos
Âmbito pessoal de Aplicação	<ul style="list-style-type: none"> Discriminação dos docentes das Regiões Autónomas (RA) no âmbito de algumas modalidades de concurso, por a elas não poderem aceder em igualdade de circunstâncias; Exclusão dos candidatos com habilitação própria de todas as modalidades de concurso, incluindo a contratação de escola 	<ul style="list-style-type: none"> Aceitação da discriminação dos docentes das RA; Candidatos portadores de habilitação própria só podem ser opositores à contratação de escola 	<ul style="list-style-type: none"> Sem alteração. FENPROF discordou, defendendo que os professores das RA concorram em todas as modalidades de concurso em pé de igualdade com os do Continente; Apesar da possibilidade dos professores portadores de habilitação própria concorrerem à contratação de escola ter resultado da insistência da FENPROF, esta manteve discordância por defender que estes professores deveriam poder concorrer a todas as fases do concurso, em prioridade abaixo da atribuída aos professores profissionalizados

Lugares a concurso	<ul style="list-style-type: none"> Ausência de quaisquer critérios a ter em conta para a dotação de lugares de quadro Exclusão, para efeitos de contratação inicial e de reserva de recrutamento, dos horários das escolas TEIP, com contrato de autonomia e artísticas especializadas 	Aceitação da proposta inicial do MEC	Sem alterações. FENPROF discordou
Formulação de preferências / Mobilidade Geográfica compulsiva	Obrigatoriedade, em todas as fases e modalidades de concurso, dos candidatos serem opositores a um mínimo de 25 códigos de escola/agrupamento, 10 códigos de concelho e 3 códigos de QZP	<ul style="list-style-type: none"> N.º mínimo de preferências a manifestar – 25 códigos de escola/agrupamento, 10 códigos de concelho e 2 códigos de QZP – não aplicável ao concurso interno e ao de mobilidade interna (ex-DAR e Ex-DACL), mas aplicável aos concursos externo e de contratação inicial, extensível, ainda, às colocações da Reserva de Recrutamento, o que permitiria ao MEC obrigar os docentes com horários “zero” a ser candidatos a todas as escolas de, pelo menos, 2 Zonas Pedagógicas, caso não obtivessem colocação em Agosto; Docentes providos nos QZP obrigatoriamente opositores a todas as escolas de, no mínimo, 2 Zonas Pedagógicas (incluindo a sua) 	<ul style="list-style-type: none"> N.º mínimo de preferências a manifestar – 25 códigos de escola/agrupamento, 10 códigos de concelho e 2 códigos de QZP – apenas aplicável ao concurso externo, à contratação inicial e às colocações, para contrato, da reserva de recrutamento, mas não aplicável às colocações de docentes com horário “zero”; Docentes providos nos QZP, obrigados a ser opositores a todas as escolas/agrupamentos da Zona Pedagógica a que pertençam e a não mais do que uma escola/agrupamento de uma outra Zona Pedagógica
1ª prioridade do concurso externo	Destinada a docentes profissionalizados que tivessem prestado serviço docente, em horário anual e completo em, pelo menos 4 dos 6 anos lectivos imediatamente anteriores ao da realização dos concursos, nas escolas da rede do MEC ou particulares com contrato de associação.	<ul style="list-style-type: none"> Destinada a docentes profissionalizados das escolas públicas com, pelo menos, 365 dias de serviço aí prestado nos últimos 6 anos e das escolas particulares com contrato de associação com, pelo menos, 2 anos prestados em horário anual e completo nos últimos 6 anos lectivos nessas escolas ou em escola pública; De fora da 1ª prioridade ficariam: <ul style="list-style-type: none"> Os docentes que, cumprindo quaisquer das condições de tempo de serviço exigidas, estivessem, no momento do concurso, sem colocação; Os docentes colocados no ensino público que, cumprindo a condição de tempo de serviço exigida aos do ensino particular, não preenchiam a imposta aos do ensino público Os docentes das escolas profissionais públicas Possibilidade, ainda, do MEC estender a 1ª prioridade a todos os professores do ensino particular, com ou sem contrato de associação, pelo facto da “rede do Ministério da Educação e Ciência” abranger todas as escolas às quais se reconhece paralelismo pedagógico. 	<ul style="list-style-type: none"> Destinada a docentes profissionalizados que tenham prestado um mínimo de 365 dias de serviço em escola pública nos últimos 6 anos ou um mínimo de 2 anos em horário anual e completo nos últimos 6 anos em escola com contrato de associação ou pública; Desde que cumprida uma das condições de tempo de serviço exigida, garante-se a integração na 1ª prioridade: <ul style="list-style-type: none"> Dos docentes não colocados no momento do concurso; Dos docentes colocados em escola pública no presente ano escolar que não cumpram, ainda, a condição de tempo de serviço prestado no ensino público Dos docentes das escolas profissionais públicas É clarificado que a condição de tempo de serviço a prestar no ensino público abrange, apenas, o prestado em estabelecimentos integrados na rede pública do MEC

Gradação dos candidatos ao concurso externo e de contratação	<p>É atribuída bonificação de 1 valor nos casos em que a classificação obtida na última avaliação do desempenho tenha sido de Bom ou Muito Bom</p>	<p>Sem alteração à proposta inicial do MEC, a qual excluiria da bonificação referida:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Docentes avaliados nas RA; • Docentes avaliados em IPSS ou outras instituições dependentes de outros Ministérios; • Docentes avaliados com menção qualitativa de excelente nos termos do anterior regime de avaliação 	<p>Sem alteração. FENPROF discordou pois é contra a produção de efeitos da avaliação nos concursos. Ainda assim, FENPROF obtém algumas garantias do MEC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A de que este publicará um diploma que procederá ao estabelecimento de equivalências entre sistemas de avaliação de modo a reconhecer as efectuadas fora da rede pública do MEC (RA, IPSS e outras instituições dependentes de outros Ministérios); • A de que salvaguardará, em aviso de abertura, que os docentes avaliados com Excelente terão direito a bonificação idêntica à prevista para o Bom e Muito Bom
Educação especial	<ul style="list-style-type: none"> • Não consideração do curso de especialização em educação especial como qualificação profissional dos docentes deste grupo de recrutamento • Devido à não correspondência entre os grupos de Educação Especial existentes nas RA e os existentes no Continente, os professores dos quadros das RA são discriminados no Concurso Interno, pois são obrigados a, nele, concorrerem à transição de grupo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aceitação da proposta inicial do MEC, com a agravante de se poder, por opção e independentemente do grupo de recrutamento a que se pertence, utilizar a classificação obtida no curso de formação inicial ou a obtida no curso de especialização; tal situação permitiria o absurdo de docentes concorrerem a grupos de recrutamento que não da educação especial com a classificação profissional decorrente da especialização, enquanto outros poderiam concorrer aos grupos de educação especial com a classificação profissional do grupo de origem! • Aceitação da proposta inicial do MEC 	<ul style="list-style-type: none"> • Curso de especialização passa a ser considerado, para os docentes dos quadros de Educação Especial, a qualificação profissional. A graduação é calculada nos exactos termos em que acontece para os restantes grupos de recrutamento. Embora daqui pareça resultar uma redução do valor final de graduação, essa é uma situação geral, logo a relação entre candidatos quase não se altera, podendo haver apenas alguns ajustes. • Proposta não alterada mas MEC informou estar a ser desenvolvido trabalho no sentido da compatibilização entre os grupos de recrutamento das RA e do Continente, através de diploma próprio
Dimensão dos horários para efeitos de contratação	<p>Apenas dois tipos de horários – completos e incompletos com 6 a 21 horas</p>	<p>Três tipos de horários a concurso: completos (com 22 horas); de 15 a 21 horas; e de 8 a 14 horas</p>	<p>Sem alteração. A FENPROF discordou, defendendo a consideração dos horário com 20 ou mais horas como completos e de intervalos de horários incompletos de 8 a 13 horas e 14 a 19 horas</p>
Reserva de Recrutamento	<p>Procedimentos de contratação em vigor até 30 de Outubro</p>	<p>Procedimentos de colocação em vigor até 31 de Dezembro</p>	<p>Sem alteração. FENPROF discordou e defende que estes procedimentos se deverão estender por todo o ano lectivo</p>

Renovação de colocações para contrato	Possibilidade de renovação abrange as colocações em horário anual e completo através de contratação inicial ou decorrentes da reserva de recrutamento que ocorram até final do 1º período	Possibilidade de renovação abrange todas as colocações em horário anual e completo que ocorram até ao final do 1º período, incluindo as que resultarem da contratação de escola	Sem alteração. A FENPROF discordou, sendo contra este mecanismo de renovação de colocações, por ser arbitrário e, tendo em conta o seu alargamento às “ofertas de escola”, potencialmente discricionário.
Contratação de Escola	Generalização da entrevista/ avaliação curricular como critério fundamental para efeitos de selecção de candidatos	Aceitação da proposta inicial do MEC	Sem alteração. A FENPROF discordou. A entrevista, com um peso de 50%, é um critério de selecção altamente subjectivo e potencialmente discricionário. A FENPROF defende a graduação profissional como o único critério de ordenação e selecção a que deveria ser aplicado.
Vigência dos Contratos	Contratos cessam quando cessa tarefa para que o docente foi contratado	Aceitação da proposta inicial do MEC	Sem alteração. FENPROF discordou, defendendo que os contratos que se prolongassem até 31 de Maio se deveriam estender até 31 de Agosto e, tratando-se de substituição temporária de docente, se este regressasse durante os trabalhos de avaliação ou nos 30 dias imediatamente anteriores ao seu início, o contrato deveria manter-se até à conclusão desses trabalhos
Período Experimental	Prevê a existência de período experimental apenas no primeiro contrato a celebrar em cada ano escolar	Aceitação da proposta inicial do MEC	Sem alteração. A aplicar-se o regime de contrato de trabalho em funções públicas aos professores, o que a FENPROF discorda, a cada contrato celebrado terá de corresponder um período experimental distinto. Esta especificidade criada só para os docentes motiva, aliás, a alteração que o governo pretende efectuar no RCTFP, já apresentada à Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, mas ainda não aprovada.
Vencimento dos contratados	Mantém os efeitos de uma tabela de vencimentos criada quando o índice de entrada na carreira era o 151, fazendo corresponder esse índice ao vencimento dos professores profissionalizados licenciados e o índice 126 ao vencimento dos professores licenciados não profissionalizados	Aceitação da proposta inicial do MEC	Sem alteração. FENPROF discordou, defendendo a aplicação do índice 167 aos professores licenciados e profissionalizados por corresponder ao do 1º Escalão da carreira docente, bem como uma actualização proporcional dos restantes índices aplicáveis aos professores contratados
Destacamentos por motivo de doença	Prevê um regime em tudo semelhante ao actualmente em vigor	DCE são retirados do regime geral de concursos, para se regerem por um diploma autónomo, cujo teor o MEC não revelou, tendo sido aceite esse desconhecimento pelas organizações sindicais que celebraram o acordo	MEC não revelou o diploma. FENPROF lamentou essa situação e frisou que é imprescindível que se conheçam as novas regras antes da abertura do concurso para 2012-2013

Em defesa da Liberdade, da Democracia e o empobrecimento, por mudança de



No **Funchal**, o Pe. Mário Tavares criticou os governos que "quase nunca acertam nas verdadeiras funções de governar", nas comemorações do 25 de Abril no SPM.

Em **Coimbra**, a zona da Sé Velha e o Ateneu de Coimbra encheram para comemorar o 25 de Abril e proceder ao cumprimento da tradição, de raiz popular, da Queima do Fascismo. Uma iniciativa em que o SPRC foi co-promotor.



cia, contra a exploração e políticas!



Lisboa

A CGTP-IN, através das suas estruturas regionais, assinalou, em ambiente de grande determinação, o 1º de Maio 2012, Dia Internacional do Trabalhador, com manifestações, concentrações, convívios e iniciativas culturais, desportivas e lúdicas em 43 localidades do continente e das regiões autónomas. Em Lisboa, o Secretário Geral, Arménio Carlos, exigiu a renegociação da dívida e abordou as propostas da Central unitária para defender o país e os cidadãos, para promover o desenvolvimento e o progresso.

Sob o lema "Contra a exploração e empobrecimento – Mudança de Política", muitos milhares de trabalhadores, de reformados e de jovens saíram às ruas numa afirmação de luta por alternativas e reivindicando a dinamização da economia; emprego com direitos e combate à precariedade; incentivo à procura interna, dinamização da contratação coletiva e o reforço da proteção social.

Em Lisboa, teve lugar um desfile entre o Martim Moniz e a Alameda D. Afonso Henriques. Duas horas depois ali chegava a cabeça da manifestação, com milhares de pessoas ainda em marcha pela Av. Almirante Reis. Na alameda falou o Secretário-Geral da CGTP-IN, Arménio Carlos. "Esta é uma política que tem responsáveis, são os que governaram o país durante as últimas décadas", disse perante milhares de pessoas que ocuparam o relvado da alameda. "Eles são

os que assinam o chamado Memorando de entendimento com o FMI-BCE-UE, que promove as injustiças e as desigualdades, que generaliza o empobrecimento da população, aumenta a exclusão social e põe em causa a democracia e a soberania nacional", acrescentou o dirigente sindical.

No Porto, decorreu também um comício sindical, realizado à tarde, na Av. dos Aliados, que registou "casa cheia". João Torres, coordenador da União dos Sindicatos do Porto, fez a principal intervenção da jornada na Invicta.

Em Coimbra, o 1º de Maio foi participado por milhares de trabalhadores presentes na iniciativa convocada para a Praça da República, com deslocação para a Praça 8 de Maio, que encheu por completo. Aqui, Mário Nogueira, Secretário Geral da FENPROF, interveio em nome da Comissão Executiva da CGTP-IN. Na sua intervenção, realça-se o apelo para a mobilização e envolvimento de todos no combate a estas políticas e à consequente perda de soberania que delas decorre. Sobre este aspeto, Mário Nogueira comparou: "Passos Coelho não é mais do que o moço de recados de Frau Merkel"

Nestas ações em todo o país, cujas imagens que apresentamos são apenas alguns exemplos das iniciativas realizadas em todos os distritos, os participantes usaram palavras de ordem de crítica à situação social e económica nacional. | JPO/LL ●



Angra do Heroísmo



Coimbra



Funchal



Porto



Beja

Revisão da estrutura curricular

...ou a terrível fixação de Nuno Crato por procedimentos médicos

Já há muito tempo a Federação Nacional dos Professores (FENPROF) defende ser necessária uma revisão curricular, necessidade agora ainda mais premente, após o alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos, motivo só por si suficiente para obrigar a repensar desde a organização da escola e dos ciclos de ensino, sua duração, interligação e as metas a atingir no final de cada um, ao próprio lugar e natureza de uma educação básica já não coincidente com a escolaridade obrigatória ou ainda à natureza do Ensino Secundário, quer enquanto ciclo terminal de estudos, quer na sua ligação com o Ensino Superior, passando ainda, evidentemente, pelos programas das disciplinas.

No entanto, o próprio ministro Nuno Crato desde o início assumiu que o que apresentou [1ª versão em 12 de Dezembro e a suposta versão final em 26 de Março] não era, ainda, uma revisão curricular, mas apenas a revisão da estrutura curricular dos vários anos e ciclos de escolaridade, que apelidou de "alteração cirúrgica".

Na origem desta revisão está, com uma clareza meridiana, o objectivo inscrito no Orçamento de Estado para 2012 de reduzir a despesa na Educação, só por esta via, em 102 milhões de euros [num total de redução, face a 2011, de 803 milhões!]. Evidentemente, um corte desta ordem só é possível por via de uma muito significativa redução em recursos humanos, no caso quase exclusivamente professores dos 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário.

Com efeito, propor eliminar o Estudo Acompanhado, a Formação Cívica (a Área de Projecto já o fora), as disciplinas de ET (3º ciclo) e EVT (2º ciclo), esta última funcionando em par pedagógico, o desdobramento em Ciências (2º CEB), um tempo na disciplina trienal (Secundário) e 2 ou 3 tempos nas opções anuais do 12º ano é propor, de facto, uma fortíssima amputação ao currículo!...

Tais cortes traduzir-se-ão numa subida drástica dos números do desemprego docente, os

quais já haviam crescido, só entre 2009 e 2011, uns incríveis 225% [fonte IEFP], numa amputação, também, de muitas esperanças e projectos de vida...

Mas todos estes cortes representarão também, inapelavelmente, a perda de qualidade e a drástica adulteração do carácter transversal da educação, pois a proposta do MEC denuncia também as ideias redutoras de Nuno Crato quanto ao currículo, quando, no preâmbulo da versão de 12 de Dezembro, a propósito de disciplinas, conhecimentos, conteúdos e objectivos, recorre a adjectivos como "fundamentais", "essenciais", "centrais", "estruturante", "rigorosos, mensuráveis e avaliáveis"... Tudo a pretexto das necessidades de um ensino moderno (!?) e exigente...

Trata-se, assim, de uma proposta cuja marca principal é o empobrecimento curricular, de uma alteração feita de calculadora numa mão e bisturi na outra. Como a FENPROF já expressou no seu parecer sobre a 1ª versão, "há uma intenção economicista (...), mas está igualmente presente uma opção ideológica, a de que não se vê necessidade de, na definição de um currículo nuclear, contemplar diferentes dimensões desse mesmo currículo". Esta opção terá efeitos terríveis na qualidade do serviço educativo, efeitos ainda inimagináveis em toda a sua dimensão, mas que não auguram nada de bom para a educação e, conseqüentemente, para o próprio futuro das gerações mais jovens e do próprio país. Se não se inverterm estas e outras políticas – e cito só o alargamento do processo de agregação de escolas... –, Nuno Crato parece querer candidatar-se a realizar um outro procedimento cirúrgico: a autópsia a uma Escola Pública de Qualidade, instrumento imprescindível no combate às assimetrias que tão profundamente marcam a nossa sociedade... ●

O autor não respeita o Acordo Ortográfico de 1990, vulgo Novo Acordo Ortográfico.

“ Na origem desta revisão está, com uma clareza meridiana, o objectivo inscrito no Orçamento de Estado para 2012 de reduzir a despesa na Educação, só por esta via, em 102 milhões de euros [num total de redução, face a 2011, de 803 milhões!] ”



JOSÉ MANUEL COSTA (Membro do Secretariado Nacional)

Minas antipessoais que “mutilam” a docência e arrasam a moral

Além da frente de combate aos ataques no campo laboral (salário e carreira), ao desemprego e ao desinvestimento na Educação, os sindicatos e a sua federação, a FENPROF, podem alcançar ganhos igualmente importantes noutra frente: ao nível das condições de trabalho dos docentes, no quotidiano das escolas. Com propostas, ação e caminhos alternativos.

São os horários de trabalho, a burocracia, a indisciplina estudantil, a operacionalização da avaliação do desempenho, a funcionalização da ação docente, entre outros problemas que minam e afetam, fortemente, o trabalho e realização profissional dos professores e educadores. Desviam-nos do essencial: o trabalho pedagógico. São minas antipessoais que, no terreno, “mutilam” a docência e arrasam a moral (e a saúde) dos docentes.

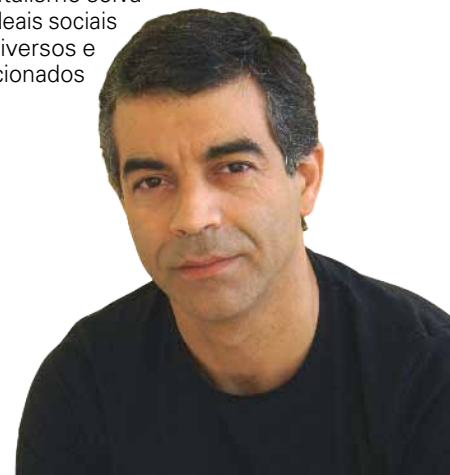
Precisamos de encontrar, enquanto classe, na ação e nos ganhos concretos, também no que toca às condições de desempenho profissional no dia-a-dia das escolas, razões para o alento e a esperança de que necessitamos nestes tempos de incerteza. Há soluções que precisam mais de vontade política do que cabimento orçamental.

Por mais que nos façam sentir num beco sem saída e, supostamente, sem alternativa, ainda por cima designado de via única e adjetivado de inevitável, enfrentemos a realidade e encontremos as respostas e conquistas possíveis. Com a cara levantada e braços erguidos. Com convicção, coragem e inconformismo.

No essencial, os professores e educadores esperam dos seus sindicatos, nestes tempos movediços e de incerteza, combatividade reivindicativa e capacidade negocial, o cerne da ação sindical.

Reagindo e proagindo. Na defesa do superior interesse dos docentes e na busca de respostas às suas aspirações. Pela dignificação da profissão, fortalecimento da classe e defesa da Escola Pública de qualidade.

Isto enquanto se mantém o atual modelo de sociedade à imagem e semelhança do capitalismo selvagem, e não se concretizam os ideais sociais e democráticos, certamente diversos e com diferentes nuances, ambicionados por muitos de nós. ●



NÉLIO DE SOUSA | neliodesousa@gmail.com





Encontro Nacional de Educadores e Professores Aposentados

Este movimento sindical precisa de vós

O “descongelamento” das pensões com a aprovação de um regime faseado de atualização que permita a sua valorização, recuperando das perdas que, nos últimos anos, resultaram da inflação e de aumentos significativos dos impostos e da aplicação de diversas medidas de austeridade – é uma das reivindicações em destaque na resolução aprovada no recente Encontro Nacional de Professores e Educadores Aposentados, iniciativa da FENPROF.

Realizado no passado dia 19 de abril, no auditório da União de Associações do Comércio e Serviços, na rua Castilho, em Lisboa, o encontro reuniu 220 docentes, tendo proporcionado um dinâmico debate em torno da dignificação da “situação de aposentado” e “em defesa dos direitos e do sistema público de segurança social”.

Também intervieram representantes de organizações sindicais de Espanha, França e Grécia, além do Secretário Geral da CGTP-IN, Arménio Carlos, entre outros convidados.

O Secretário Geral da FENPROF encerrou os trabalhos (ver pág. 24), realçando a importância da intervenção cívica de todos (“é preciso dar umas pedradas no charco da apatia”).

Momento difícil

Presidida por Bráulio Martins (SPGL), a sessão de abertura registou as intervenções de Lúcia Galvão, do Secretariado Nacional da FENPROF, responsável pelo Departamento de Aposentados; de Fátima Canavezes, da



Inter/Reformados (“a luta continua e é de todos!”) e do Secretário Geral da CGTP-IN, Arménio Carlos.

“Este encontro realiza-se num momento especialmente grave, em que o Estado Social, como o conhecemos, está constantemente debaixo de fogo, visando a sua destruição através de medidas sucessivas que o atingem em setores paradigmáticos, como a educação, a saúde e a segurança social”, salientou Lúgia Galvão.

“Não esqueçamos a insensibilidade social revelada por quem defende a ideia de que, a partir de certa idade, quem necessita de hemodiálise deve pagá-la, como se já não tivesse direito à vida e à saúde”, observou a dirigente sindical.

“Aliás, de forma insidiosa, esta ideia de que os mais velhos pesam de mais no Orçamento e comprometem o futuro das novas gerações, seja ao nível da sustentabilidade da segurança social ou outros, vai fazendo caminho por via de governantes e comentadores de serviço, procurando cavar um fosso geracional, lançar uns contra ou-

tros, ao invés de promover a solidariedade”, registou Lúgia Galvão.

“Razão tinha quem disse que o nível civilizacional de uma sociedade se mede pelo modo com trata os seus mais velhos”, concluiu a dirigente sindical, que chamou atenção para a necessidade de respostas globais, no plano nacional e internacional, para dar luta à ofensiva neoliberal em curso.

As contradições do FMI

O dirigente da Central unitária mostrou “como é falsa” a imagem que certos *opinion makers* tentam dar dos sindicatos nos órgãos de comunicação social, ao usarem a velha cassete da “visão corporativista”, de só olharem para o umbigo, de estarem empenhados exclusivamente na defesa de “privilégios” e “regalias”, etc... “Nada é mais falso”, sublinhou Arménio Carlos, que deu o exemplo da FENPROF e dos seus sindicatos que, além de defenderem o pessoal docente, têm uma postura negocial responsável e ativa, propondo soluções, criando alternativas e “intervindo com dinamismo em defesa das funções sociais do Estado”..

O Secretário Geral da CGTP-IN alertou para as consequências das orientações assumidas e impostas pelo FMI (“cada vez mais ativo na Europa...”), recordando as contradições entre o discurso (recente) da Diretora Geral, que diz que estas políticas de austeridade não podem continuar e as declarações dos representantes do FMI que chegam a Portugal e que garantem que a austeridade está muito bem, recomenda-se e é para continuar!...

Uma resposta forte à ofensiva ideológica contra os trabalhadores

A ofensiva do FMI, em articulação com o Banco Central Europeu (BCE) e a União Europeia, aposta num claro retrocesso na Europa, acusou Arménio Carlos, que referiu, em seguida, as implicações dessa ofensiva no plano dos salários e nas condições de vida dos trabalhadores, das populações e dos reformados.

“Se falharam na Grécia, o que é que vai acontecer nos outros países, como em Portugal?”, interrogou o dirigente sindical, que sublinhou noutro momento:

“Temos que dar uma resposta forte à ofensiva ideológica contra os trabalhadores no ativo, no desemprego e na aposentação”.

“Em cada 100 desempregados, 58 não têm qualquer tipo de apoio social”, denunciou Arménio Carlos, que chamou também a atenção para as manobras do Governo em torno de setores como a educação, a saúde e a segurança social, “áreas apetecíveis para o privado, desejoso de mais negócio e de mais lucros...”.

“Estamos todos convocados”

Para as ações do movimento sindical unitário, “estamos todos convocados”, salientou Arménio Carlos, que realçou de novo a impor-



Luis Castillejo Gomez



Lúgia Galvão



Arménio Carlos



Eugénio Rosa



Pavlos Antonopoulos



Maria do Carmo Tavares

tância da intervenção dos reformados na vida do país: “são um elemento estruturante para mobilização”, “têm um papel preponderante, pela experiência acumulada”. “Este movimento sindical precisa de vocês”, concluiu.

Ainda antes da pausa para almoço, falou o representante da FE.CC.OO (Espanha), Luis Castillejo Gomez, já na segunda sessão dos trabalhos, presidida por Fátima Garcia (SPRA).

Fiscalidade, salários e pensões

Algumas questões relacionadas com a fiscalidade e os seus efeitos nos salários e pensões estiveram em destaque na esclarecedora intervenção de Eugénio Rosa, investigador e economista. As consequências das políticas financeiras, o endividamento, a carga fiscal

sobre salários e pensões, os aumentos dos preços dos bens e serviços e os seus efeitos na quebra do poder de compra dos aposentados (entre 2002 e 2010 originaram uma perda de 19,5 por cento do rendimento), as reformas antecipadas e os cortes nas pensões, foram alguns dos aspetos abordados por Eugénio Rosa, que deu pormenores sobre as crescentes taxas de IRS e as também crescentes reduções das despesas de saúde e habitação contempladas nas deduções à coleta.

Estamos todos no mesmo barco!

Maria do Carmo Tavares, ex-responsável na CGTP-IN pelo Departamento para as questões sociais, abordou o tema “Saúde e Segurança Social”.

Em traços fundamentais, e numa intervenção muito viva, atentamente seguida pelo auditório, registou os traços fundamentais do historial, dos objetivos, do enquadramento legal, dos ataques que está a sofrer e também dos desafios que se colocam ao futuro da segurança social.

“É preciso levantar a voz em defesa do Estado Social. É preciso defender a segurança social. É preciso dar força à solidariedade inter geracional. Estamos todos no mesmo barco!”, destacou Maria do Carmo Tavares.

“A Segurança Social”, acrescentou, “é um instrumento fundamental para a coesão social, para combater as desigualdades e a pobreza”.

Em sessão presidida por Céu Figueiredo (SPZS), o encontro prosseguiu com a intervenção do representante da OLME, Pavlos Antonopoulos.

O dirigente sindical caracterizou as causas da crise que se vive no país, provocada pelo capitalismo (“um pesadelo”, “Atenas é um inferno”, “multiplicam-se os suicídios de cidadãos que não conseguem pagar as dívidas”) e descreveu a situação e as perspetivas dos docentes aposentados na Grécia, dando também uma panorâmica da gravíssima ofensiva contra o conjunto da Administração Pública (há um plano para despedir 150 000 dos atuais 360 000 trabalhadores!).

Fernando Maurício, do Departamento Internacional da CGTP-IN, assegurou o trabalho de tradução das intervenções e respostas dos sindicalistas de França e da Grécia.

Encontro da CGTP-IN sobre segurança social

Já na ponta final, o encontro aprovou uma resolução que sintetiza um conjunto significativo de preocupações, reivindicações e propostas dirigidas à FENPROF e aos seus sindicatos, incluindo a da participação ativa no encontro que a CGTP-IN irá promover agora em maio, sobre a universalidade, financiamento e sustentabilidade do sistema público de segurança social.

Lúcia Galvão apresentou as propostas de alteração à resolução, que melhoram o documento, aprovado por expressiva maioria (apenas com uma abstenção).

A resolução (ver página 27) exige a revisão dos critérios estabelecidos no Indexante de Apoios Sociais e revogação do designado “fator de sustentabilidade”; o pagamento dos subsídios de férias e de Natal em 2012; e a reposição da verba correspondente aos descontos efetuados para a ADSE nos subsídios de férias e Natal, desde 2007, e anulação desse desconto nos referidos subsídios. | JPO •

+ INFO www.cgtp.pt

Lutas em França

Ao retomar os trabalhos, já da parte da tarde, em sessão presidida por Graça Pedrosa (SPRC), o encontro da FENPROF ouviu a comunicação do representante da FSU (França), Daniel Rallet.

“Sou dum país onde a troika ainda não se instalou mas anda por aí... próxima”, começou por referir o dirigente sindical, que falou do regime de aposentações e da intervenção sindical dos aposentados em França.

“As alterações (2003) introduzidas pelo Governo mereceram na altura uma grande contestação em todo o país e os professores tiveram mesmo uma greve prolongada contra essas reformas. Perdemos aí a batalha porque se cavou uma grande divisão entre os trabalhadores do setor privado e os da administração pública”, observou. “Em 2010 houve nova alteração, esta tocando os dois setores ao mesmo tempo. Voltou a aumentar o período de quotização (42 anos). A principal medida aplicada foi a do aumento da idade da reforma, que passou para 62 anos. Sucederam-se as lutas, as greves e as manifestações, numa intensa batalha. Numa delas participaram 3 milhões de franceses”, referiu mais adiante. “As mulheres foram fortemente penalizadas, sublinhou ainda Daniel Rallet. “Conseguimos uma grande mobilização dos trabalhadores mais jovens. Outro fator positivo: foi possível juntar na luta o setor privado e o setor público”, observou o dirigente sindical francês. “É impossível os docentes aposentarem-se antes dos 62 anos”, referiu. “No privado é diferente, há aposentações antecipadas, a partir dos 58 anos”.

Dando o seu exemplo pessoal, explicou que vai ter direito a uma pensão de apenas 55 por cento do valor relativo à média dos últimos seis meses de salário. Este valor, acrescentou, seria de 75 por cento se não tivessem ocorrido as alterações impostas pelo Governo.

“Sarcozy nunca possibilitou um diálogo construtivo sobre a situação e as legítimas reivindicações dos reformados e das suas organizações sindicais representativas. Claro que, agora, em período eleitoral não atacou os reformados...”

“Este é um combate de grande envergadura, que vai continuar”, garantiu. “Para o neoliberalismo é preferível ter trabalhadores mais velhos, já desgastados, do que jovens”, concluiu o representante da FSU. | JPO •

“Conseguimos uma grande mobilização dos trabalhadores mais jovens. Outro fator positivo: foi possível juntar na luta o setor privado e o setor público.”



Daniel Rallet



Intervenção Mário Nogueira Contra a apatia...

Este encontro Nacional de Professores e Educadores Aposentados foi uma aposta ganha: todas as dificuldades que encontrámos na sua preparação foram ultrapassadas e aqui estamos a encerrar um encontro que nos enche de confiança para o futuro.

Foi um começo, apenas um começo, mas um ótimo começo que demonstra força e determinação para continuar. Nesse sentido, contam os professores aposentados com a FENPROF para estar na primeira linha da defesa dos seus interesses e dos seus direitos. No final deste encontro, 6 constatações:

1 Nos tempos que correm, os governos dos países e aqueles que os comandam – seja no plano político, em Bruxelas, seja no económico o BCE e o FMI – não respeitam ninguém e os trabalhadores são as principais vítimas das políticas desenvolvidas, estejam eles no ativo ou aposentados. A espiral de exploração e de empobrecimento disparou e se nos mantivermos apenas espetadores, ela nunca vai parar até provocar graves ruturas nas nações e nos povos. Nesse momento, é difícil sabermos hoje o que irá acontecer.

2 Os portugueses aposentados, entre eles os professores, sabem bem o que está a acontecer porque sentem

na conta bancária, no bolso e na vida as consequências do que está a acontecer. As pensões degradam-se de forma progressiva e muito visível: porque o dito fator de sustentabilidade se agrava; porque os impostos aumentaram e aplicaram-se outros que antes não se aplicavam; porque foram impostas as mais diversas medidas de austeridade; porque roubaram os subsídios de férias e Natal; porque houve inflação; porque tudo à nossa volta aumenta; porque o governo de Portugal, qual menino obediente, foi mesmo o primeiro a declarar a sua adesão ao Tratado Orçamental Europeu que irá trazer mais sacrifícios aos portugueses, num primeiro momento para cumprir as metas previstas, depois para pagar as multas por não as ter cumprido.

3 Esta geração de aposentados é uma geração “entalada”. Entalada, como todos nós, entre a incompetência dos governantes e as políticas que desenvolvem, mas ainda mais entalada entre o suporte que terão de ser de ascendentes e o que nunca deixaram de ser de descendentes. Esta é

uma geração que está a ser penalizada direta e indiretamente, portanto duplamente penalizada.

4 Pode o Passos Coelho e o desaparecido Portas, o ministro da Educação Vítor Gaspar e o seu secretário de estado para o setor Nuno Crato, podem todos vir dizer que o que estão a fazer é da sua ideia, o seu programa, o seu desejo aprovar e fazer avançar estas medidas, que todos sabemos não ser verdade. Pondo em causa a soberania nacional, eles levam por diante o que os obrigam os centros do poder neoliberal, tenham sede na Europa ou na América, como confirmámos aqui hoje: a desvalorização das pensões; as taxas de penalização, os plafonamentos, a tentativa de agravar os requisitos para a aposentação e reduzir o valor das pensões... tudo isto, com este ou aquele pormenor de diferença, no essencial é igual.

Mas aos nossos governantes não chega o que lhes é imposto e que eles, obedientes, aceitam com satisfação; vão mais longe do que a troika e quando esta diz que quer cortar 1% dos funcionários públicos dos quadros, o governo, achando pouco, decide cortar 2%; e se a troika fixa o desemprego em 14% para Portugal, até dezembro, o governo já atingiu os 15% e ainda vamos em abril; se a troika acha que os portugueses vivem acima das suas possibilidades e quer que lhes sejam reduzidos os salários, o governo, porque quer cortar tudo e deixar de ter despesa com os cidadãos portugueses, manda-os emigrar!

5 Apesar do que está a acontecer, a resposta das pessoas não está a ter a dimensão que deveria e nós temos a responsabilidade de dar as pedradas neste charco da apatia.

Essa certa apatia de muitos portugueses é vista com muita simpatia por parte dos que, no governo, dão cabo deste país. Pretendem esses governantes que os cidadãos sejam acrílicos, pouco interventivos no plano social, ainda que explorados no económico e no seu trabalho. Querem pessoas cuja indignação se manifeste apenas no grupo de amigos ou em casa, que não intervenham publicamente, que se aborçam com as artes, a cultura ou o desporto quando este se traduz em fruição através da prática e não apenas consumo na qualidade de espetador. Querem, claro, trabalhadores qualificados, mas cidadãos sem expectativas, sem exigências, sem reclamações.

Não é alheia a este processo de “pacificação social” e “amestração dos cidadãos” a eliminação da formação cívica nos currículos dos ensinos básico e secundário, neste último caso extinguindo-se quando ainda decorre o primeiro ano de aplicação e sem que tenha havido qualquer avaliação. Não é alheia à concretização destes objetivos a divisão das disciplinas em “essenciais” e

“não essenciais”, cabendo, neste grupo, as artes, a cultura em geral ou as tecnologias.

Da mesma forma, transformar experimentação em observação, em domínios ditos experimentais, para além do objetivo de poupança que persegue, integra-se nesta perspetiva de tornar passivo o agente que deveria ser ator. Tudo isto decorre de uma revisão da estrutura curricular que tem dois objetivos fundamentais: por um lado, reduzir custos com o afastamento de milhares de docentes das escolas – de imediato, os contratados; a médio prazo, os do quadro que, não se livrando dos horários-zero, cairão nas malhas das mobilidades gerais; por outro lado, iniciar um caminho que o governo pretende prosseguir e que, se tiver êxito, levará a uma vincada distinção entre áreas curriculares e disciplinas, o que inviabilizará a tal formação integral e plena dos jovens que é referida na Lei de Bases do Sistema Educativo. Acríticos, resignados e rendidos a inevitabilidades, dificilmente eles exercerão no futuro os seus direitos de cidadania, ou seja, pouco ou nada quererão da política.

Acontece, no entanto, que essa estratégia do governo, para o futuro, está também a surtir efeito no presente. Aos professores, como à maioria dos trabalhadores portugueses, o governo cortou parte dos salários e das pensões, eliminou os subsídios de férias e Natal, congelou as carreiras profissionais, agravou os horários de trabalho, tornou mais difícil atingir a aposentação e desvalorizou as pensões, prepara-se para aumentar os dias de trabalho sem remuneração, para retirar dias de férias, para criar bancos de horas e, tudo isto, depois de já ter eliminado o abono de família e aumentado o IVA, o IRS, o IML, a água, a energia, os transportes, os combustíveis, a alimentação, o vestuário, e quase tudo. O desemprego em Portugal já atinge os 15%. Entre os professores, segundo dados oficiais, de 2010 para 2011 aumentou 120% e entre 2009 e 2011 cresceu 225%! A precariedade atinge cerca de 1/4 dos trabalhadores; o país começa a não ter lugar para os jovens que os governantes mandam procurar futuro em outras paragens; o salário mínimo nacional, em valor líquido, fica abaixo do limiar da pobreza situando-se nos 432 euros! Ou seja, em Portugal trabalha-se para ser pobre...

E tudo isto acontece, com um número crescente de cidadãos a dizer não querer saber de política, limitando-se, de quando em vez, a um designado ato de cidadania, sinónimo de protesto isolado e, cada vez mais, remetido para a secretária ou sofá, onde meia dúzia de frases são tecladas e postas em circulação em redes sociais ou nos on-line dos jornais, quantas vezes “assumidas” por um nome fictício criado no momento. A rua, dizem aqueles que se incomodam com a rua e o que ela significa de denúncia pública, é coisa do passado!

Não pode ser, não nos podemos ficar



“

É bom que continuemos a considerar o Sindicato como parte da sua vida de professor e de cidadão, sendo um grande desafio para todos nós, ganharmos os que, passando à aposentação, cortam com tudo o que à profissão respeita, incluindo a vida sindical, num momento em que nunca se justificou tanto estarmos unidos e fazê-lo em torno dos Sindicatos, reforçando-os e dando-lhes mais vida

pela resignação, pelo “não há nada a fazer”, por uma atitude que chega a ser de compreensão, própria de quem se coloca perante inevitabilidades ou coisas do destino. O que está a acontecer ao nosso país e ao nosso povo decorre da política do atual governo, da sua ação convergente com o Presidente da República, da governação europeia que está nas mãos de alemães que contam com alguns zelosos funcionários de outras nacionalidades para lhes darem rosto e da governação mundial que, no dito mundo ocidental, é comandada pelos norte-americanos.

É necessário reagirmos, lutarmos contra esta situação, sairmos de uma certa letargia,

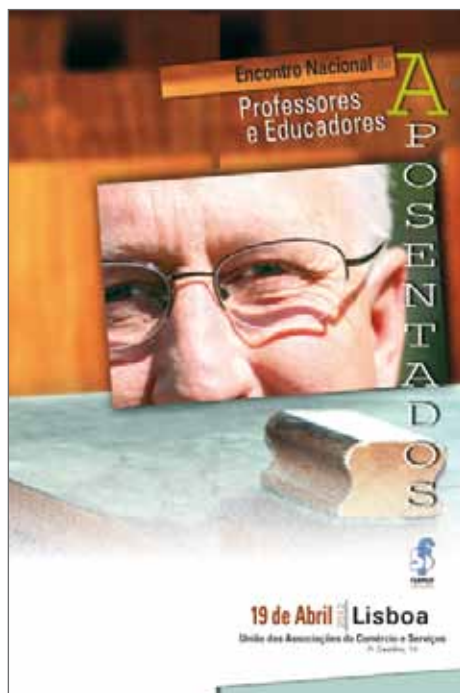
quase apatia para, organizadamente, dizermos “Não!” e avançarmos com alternativas. Ficarmos parados com medo do que aí vem será sempre pior, porque irá acontecer, sobretudo se nada fizermos. Hoje ninguém duvida que a espiral de sacrifícios, de austeridade, de empobrecimento não vai parar por si ou por vontade dos que a fizeram disparar. Só a nossa ação e a nossa luta poderá pôr-lhe um travão. É preciso que assumamos a única atitude que é digna do exercício democrático da cidadania, a única atitude politicamente correta e, no atual contexto, indispensável: comprometermo-nos com a luta e assumi-la, essa sim, como inevitável!

6 Hoje encontrámo-nos aqui com muita gente que sempre teve o Sindicato como parte importante da sua vida profissional. É bom que continuemos a considerar o Sindicato como parte da sua vida de professor e de cidadão, sendo um grande desafio para todos nós, ganharmos os que, passando à aposentação, cortam com tudo o que à profissão respeita, incluindo a vida sindical, num momento em que nunca se justificou tanto estarmos unidos e fazê-lo em torno dos Sindicatos, reforçando-os e dando-lhes mais vida. Levar este encontro às regiões, envolvendo mais gente, no movimento, é pois um compromisso que temos de assumir aqui. Assumamo-lo então porque é necessário alargar, envolver unir e lutar para conseguirmos alcançar os objetivos a que nos propomos. Todos são precisos nesta luta! •

Toda a informação sobre o Encontro Nacional dos Professores Aposentados, incluindo as comunicações dos representantes sindicais de Espanha e da Grécia, em www.fenprof.pt

Resolução do Encontro

Pela dignificação da situação de aposentado; em defesa dos direitos e do sistema público de segurança social!



O agravamento progressivo das condições de vida dos trabalhadores portugueses, aposentados e reformados, intensificado abruptamente nos dois últimos anos, tem sido objeto da preocupação manifestada pelos professores e educadores aposentados, nomeadamente quanto à contínua desvalorização das pensões, ao progressivo ataque aos seus direitos, como os que se relacionam com a assistência na doença, com a penalização dos preços nos transportes públicos e com o bem estar social.

A sucessão dos cortes e a manutenção do “congelamento” das pensões conjugados com uma carga fiscal agravada pelo surgimento de novos impostos e pelo aumento dos que já existiam e o aumento dos preços de bens essenciais estão a minar a qualidade de vida dos que a gastaram a trabalhar, gorando as expectativas do gozo de direitos justamente devidos através das contribuições entregues ao Estado, durante as suas vidas ativas.

O direito à saúde tem vindo a ser gravemente afetado com o progressivo desmantelamento do Serviço Nacional de Saúde e, no caso dos funcionários públicos, da ADSE e com o aumento dos preços de muitos medicamentos e atos médicos.

A situação dos aposentados foi ainda

agravada pelo corte de metade dos seus subsídios de Natal em 2011 e pela eliminação dos subsídios de férias e Natal em 2012.

Para os que se aposentaram este ano, o agravamento do chamado fator de sustentabilidade reduz e desvaloriza ainda mais as pensões, o que torna cada vez mais evidente a intenção do Governo na destruição do sistema público de segurança social, entregando à banca privada e às seguradoras o “negócio” da segurança social que de certo ficará sujeito às flutuações da Bolsa e às decisões dos mercados. As recentes afirmações dos governantes sobre a necessidade da criação de um sistema misto, com a imposição de “plafonamentos” ao sistema público, revelam claramente a intenção de o descapitalizar para, num futuro próximo, o extinguir.

Sendo verdade que o sistema de segurança social vive um momento de grande dificuldade estando em causa a sua própria sustentabilidade, não é menos verdade que tal se deve, única e exclusivamente, às políticas que têm sido desenvolvidas pelos últimos governos e às medidas que as concretizaram.

A redução dos salários dos trabalhadores no ativo e congelamento das progressões nas suas carreiras são fatores de grande peso nas atuais dificuldades de financiamento do sistema público de segurança social. E, pior ainda, é o facto do governo não respeitar a obrigação do Estado, enquanto entidade empregadora, de transferir para o sistema os cerca de 24% que os empregadores privados descontam, ao mesmo tempo que pensa favorecer os patrões, tentando fazer baixar esta taxa.

Todos estes sintomas demonstram que o governo persegue o objetivo de fragilizar para, posteriormente, desmantelar o sistema público de segurança social.

Face à presente e preocupante situação, o Encontro Nacional de Professores e Educadores Aposentados reunido em Lisboa, em 19 de abril de 2012, aprovou as seguintes reivindicações que serão apresentadas ao Governo pela FENPROF:

- “Descongelamento” das pensões com a aprovação de um regime faseado de atualização que permita a sua valorização, recuperando das perdas que, nos últimos anos, resultaram da inflação e de aumentos significativos dos impostos e da aplicação de diversas medidas de austeridade;

- Revisão dos critérios estabelecidos no Indexante de Apoios Sociais e revogação do designado “fator de sustentabilidade”;

- Pagamento dos subsídios de férias e de Natal em 2012;

- Reposição da verba correspondente aos descontos efetuados para a ADSE nos subsídios de férias e Natal, desde 2007, e anulação desse desconto nos referidos subsídios;

- Alargamento da lista de doenças crónicas, gratuidade dos medicamentos correspondentes e alargamento da lista de medicamentos genéricos, exigindo medidas que promovam a sua prescrição;

- Acesso aos cuidados continuados públicos de qualidade a cidadãos em dependência, no domicílio ou em instituições;

- Reposição do desconto de 50% nos passes sociais;

- Revogação das normas penalizadoras do regime de aposentação antecipada;

- Retoma da aplicação da Lei n.º 39/99 a todas as aposentações antecipadas.

O Encontro Nacional de Professores e Educadores Aposentados, organizado pela FENPROF, em 19 de abril de 2012:

1. Propõe à FENPROF e aos seus Sindicatos o desenvolvimento de formas de ação, em conjunto com as várias estruturas de reformados (Inter-Reformados, MURPI, entre outras) e as demais organizações sindicais, no sentido de unificar a nossa luta com a dos restantes setores da classe trabalhadora.

2. Considera que a resistência contra as medidas que estão a afetar os aposentados e a generalidade dos trabalhadores portugueses deve ser partilhada e articulada com os demais países atingidos, nomeadamente os da União Europeia.

3. Propõe, a curto prazo, as seguintes iniciativas:

- a) Organização, pela FENPROF e seus Sindicatos, de debates descentralizados, a partir da Resolução deste Encontro, no sentido de promover e alargar a participação dos docentes aposentados;

- b) Participação ativa da FENPROF no Encontro que a CGTP-IN irá promover em maio, sobre a universalidade, financiamento e sustentabilidade do sistema público de Segurança Social. ●

Lisboa, 19 de abril de 2012
O Encontro Nacional

CGTP-IN

Com estas políticas o desemprego não diminui...

O desemprego está a aumentar e cada vez com maior ritmo.

No final de março de 2012 permaneciam inscritos nos centros de emprego 661,4 mil desempregados, um aumento de mais de 109 mil desempregados em apenas um ano (+19,8% que no mês homólogo e mais 2,1% que no mês anterior).

Na realidade o desemprego é mais alto. Se se juntarem os 48,7 mil desempregados ocupados em medidas de ativas de emprego e formação profissional, o número de desempregados ultrapassa os 710 mil. Nos últimos meses o Governo intensificou o recurso a estas medidas, tendo o número de abrangidos crescido 57% desde Outubro do ano passado[1]. Há ainda muitos milhares de desempregados que não são contabilizados porque deixaram de recorrer aos centros de emprego ou então emigraram, sublinha a CGTP-IN numa recente nota de imprensa.

“Foi o desemprego dos jovens e dos homens que mais aumentou neste último ano em termos percentuais, respetivamente, mais 25,4% (+16,7 mil) e mais 25,3% (+65,3 mil). No entanto também os adultos (com mais 19,1%) e as mulheres (com mais 15%) viram o seu desemprego aumentar”, acrescentara Central unitária

Depois de referir que “os restantes indicadores são também preocupantes. O desemprego aumentou em todas as regiões, em todos os setores de atividade e em todos os níveis de habilitação”, a Inter destaca:

“Com estas políticas o desemprego não diminui. Pelo contrário, de mês para mês assiste-se ao seu contínuo aumento. A economia não está a crescer, estando a agravar-se a destruição do setor produtivo devido às políticas desastrosas que foram postas em prática nos últimos anos e que foram agravadas pelo atual governo. A produção industrial tem tido quebras sucessivas face



ao ano passado. Só em fevereiro diminuiu 6,8% em relação ao mês homólogo, segundo o Eurostat. Sentem-se também cada vez mais os efeitos da perda do poder de compra dos salários e das prestações sociais. A quebra no comércio a retalho foi de 9,6% em fevereiro relativamente ao mesmo mês de 2011, mantendo uma tendência que vem pelo menos desde setembro.”

Em consequência, prossegue a CGTP-IN, “tem havido uma quebra nas ofertas de emprego. Tendo em conta apenas a pequena parte que chega ao IEFP, regista-se uma diminuição de 14,3% do número de ofertas entradas em termos homólogos e de menos 25,2% no número de colocações.”

O que o país precisa...

A concluir, a nota que a Intersindical divulgou aos jornalistas salienta: “O que Portugal precisa é de política de desenvolvimento que coloque o pleno emprego e a reindustrialização entre os seus principais objetivos, que defenda a soberania nacional e assegure os direitos sociais.

Uma política que dinamize a economia e dê resposta aos problemas dos trabalhadores e das empresas; que abandone o processo de privatizações e desenvolva ações que permitam ao Estado o controle dos setores estratégicos para a economia portuguesa; que ponha termo à desvalorização e ao retrocesso social, defendendo e reforçando as funções sociais do Estado na educação, saúde e segurança Social; que combata a fraude e a evasão fiscal e contributiva.” ●

[1] Mês comparável, uma vez que anteriormente a categoria de ocupados apenas abrangia o trabalho socialmente necessário.



REVISÃO

Impacto muito negativo no emprego docente

No MEC ninguém parece querer dizer quais as implicações que a revisão da estrutura curricular terá no emprego dos docentes já a partir de setembro próximo.

De acordo com os dados oficiais do IEFP, os professores desempregados registados, entre 2010 e 2011, aumentaram 120%, sendo que, se tivermos em consideração o ano de 2009, então o aumento foi de 225%. Uma brutalidade!

Porém, a concretizar-se o processo de revisão da estrutura curricular, tal como o MEC a prevê (em simultâneo com a constituição de mais mega-agrupamentos e de outras medidas previstas no Orçamento do Estado para 2012), estas percentagens, já de si elevadíssimas, serão facilmente ultrapassadas.

Os responsáveis do MEC não conseguem desmentir os números da FENPROF – cerca de 10.000 docentes que ficarão desempregados e/ou com horário-zero – e não será por mera coincidência que o Governo, através de proposta apresentada pelo Ministério das Finanças, pretende agora eliminar da lei a “compensação por caducidade” que é devida aos docentes cujos contratos cessam. Já em relação aos docentes dos quadros, faltam as respostas do MEC sobre o que acontecerá aos milhares de professores, sobretudo do Ensino Básico, que, no início do próximo ano, ficarão sem atividade letiva atribuída (horários-zero).

Sobre as opções que foram tomadas, percebe-se que não tiveram em conta, no que é essencial, as posições das entidades que se pronunciaram no curto período de consulta pública. Só por omissão o MEC concluiu que não havia uma grande oposição à eliminação dos desdobramentos das ciências experimentais no 2.º Ciclo, embora esse não tivesse sido o critério adotado em relação a outras soluções, de que é exemplo principal a extinção da EVT e o seu desdobramento em duas disciplinas. Já em relação à extinção da Educação Tecnológica no 3.º Ciclo, fica por explicar o que levou a essa decisão, sendo certo que não resultou dos 1.600 contributos que terão chegado ao Ministério.

Sente-se ainda grande dificuldade do MEC para esclarecer dúvidas como, por

exemplo, os critérios de atribuição de horas de crédito às escolas para utilização no quadro da sua autonomia, sendo certo, porém, que atividades com a “oferta complementar” ou o “Apoio ao estudo” resultarão desse crédito. Confirma-se, assim, que as horas atualmente atribuídas à componente letiva dos docentes para a Formação Cívica ou o Estudo Acompanhado são para cair!

Relativamente às ciências experimentais, no 2.º Ciclo, os alunos substituirão o ato de experimentar pelo de observar e, no 3.º Ciclo, só quinzenalmente trabalharão em contexto de desdobramento, ora em Ciências Naturais, ora em Físico-Química. Sobre a coadjuvação no 1.º Ciclo, nas áreas

das expressões, o MEC ainda não decidiu qual o regime a adotar e quais os docentes a implicar; já em relação à designada “homogeneidade relativa em disciplinas estruturantes, ao longo de todo o Ensino Básico” são referidos modelos diversos, assentes em

experiências como os Projetos “Turma Mais” ou “Fénix”, mas nada de muito concreto que permita concluir não estarmos perante a criação de ambientes escolares segregados, cujas consequências são naturalmente negativas.

Após a reunião realizada com os responsáveis do MEC (5/04/2012), as preocupações da FENPROF não se atenuam, bem pelo contrário. Esta revisão da estrutura curricular foi desenhada com as linhas impostas pelo Orçamento do Estado, pelo que terá consequências negativas que, no que respeita ao emprego dos docentes, são impossíveis de disfarçar.

A FENPROF, com os professores e educadores, tudo fará no sentido de contrariar esta intenção do Governo, denunciando e lutando contra medidas que terão, igualmente, impacto negativo no que respeita à organização pedagógica e ao funcionamento das escolas, bem como à qualidade do ensino. •

Armadilha

Os professores já perceberam a armadilha que está a ser montada pelo MEC para, em setembro, eliminar milhares de horários nas escolas.

Trata-se de uma armadilha constituída por diversos elementos, de entre os quais se destacam a revisão da estrutura curricular, os mega-agrupamentos e medidas como o aumento do número de alunos por turma. Os que forem apanhados nessa teia ficarão sem horário e à mercê do desemprego ou de perigosíssimas mobilidades que constituem uma autêntica antecâmara do desemprego.

Também se reconhece publicamente que esta “revisão” não mereceu aplausos de ninguém e, pelo contrário, muitas vezes aconselharam a avaliar o que existe, a definir com rigor o que se pretende e a avançar, então, mais tarde, com o que se necessita. Mas as Finanças são quem parece falar mais alto no governo e não querem abrir mão dos 102 milhões de euros que pensam poupar à custa, só nesta rubrica, do afastamento de milhares de professores das escolas.

No fecho desta edição e com o objetivo de contestar esta “revisão da estrutura curricular”, a FENPROF tinha tudo preparado para uma **Tribuna Pública** por uma verdadeira revisão curricular que corresponda às necessidades do ensino, da sociedade e dos cidadãos (3 de maio, em Lisboa, na Avenida 5 de Outubro, frente ao MEC). Para esta tribuna estavam previstos depoimentos de professores, de representantes das associações profissionais e científicas, de deputados e de representantes de outras entidades ou personalidades convidadas para o efeito.

Também em protesto contra esta revisão curricular e exigindo a sua suspensão, estavam agendadas para 4 de maio **concentrações de professores e educadores**, junto às direções regionais de Educação situadas no Porto, Coimbra, Lisboa, Évora e Faro. •



Uma política de língua para o Português

CARLOS PATO (Secretario Geral do Sindicato dos Professores no Estrangeiro)



Crónica de um professor perdido no meio da borrasca ao dobrar o cabo do descontentamento que todos pretendiam ser o da Boa Esperança!

A inexistência de uma política de língua é uma afirmação muitas vezes ouvida aos professores que trabalham sobre a língua e a cultura portuguesas no estrangeiro. Observamos a tomada de muitas medidas avulsas, afirmações sazonais que pouco mais são do que uma retórica vazia, onde falta uma vontade política bem determinada e orientada, o que ainda não permitiu um domínio do Português como língua materna e uma mais extensa difusão como língua segunda ou estrangeira.

Talvez tal aconteça porque as decisões estão espalhadas por vários ministérios, ou porque as pessoas que devem construir essa política e desenvolvê-la estão condicionadas por razões extralinguísticas ou, ainda, porque quem tem o poder de decisão necessita de acudir às questões pontuais e inadiáveis e nunca definiu, portanto, esses objetivos globais.

Sabemos da importância do ensino da língua materna no desenvolvimento educativo. Todavia é importante analisar dois outros pontos como sejam – a língua como veículo de escolarização de comunidades que a utilizam como língua segunda, e a língua como referência sociocultural nos espaços em que é língua estrangeira – dado que o termo Política Linguística se aplica, habitualmente, ao uso e difusão da língua nestas duas circunstâncias. É aqui que se torna indispensável uma política de língua, que a promova como um eficaz instrumento de escolarização e uma referência cultural e sociopolítica.

Este é um compromisso que os governos têm de assumir como uma opção política. Mas as opções políticas não existem no abstrato. Ou seja: para que a opção política se concretize, é preciso estabelecer os objetivos a atingir, as estratégias a desenvolver, as táticas a aplicar.

O que temos visto é a tática economicista a imperar sobre todas as outras; é a política de conjugação dos verbos terminados em –ar: reestruturar, encerrar, fechar e pagar!

No que respeita às estratégias, a chamada refundação do Instituto Camões até agora não produziu efeitos, no que toca ao alargamento e à reafetação de funções que essa refundação implica, bem como a um efetivo impulso político e financeiro que lhe deem a dimensão que uma política de língua consequente exige, como diria Carlos Reis. A internacionalização da língua portuguesa é um aspeto crucial de qualquer política de língua mas, em termos de consequências ou iniciativas palpáveis, somente a introdução de propinas, a redução nos horários, o afastamento de professores e todo um clamor ouvido pelo mundo fora contra o encerramento e diminuição da oferta de cursos de LCP, mais que previstos na chamada política de língua deste Governo.

Há quem advogue, e bem na nossa ótica, a necessidade de uma política a “longo prazo” que sobreviva aos sucessivos governos de Portugal, fazer acordos bilaterais, em particular com os países de acolhimento das expressivas comunidades de emigrantes espalhadas pelos cinco continentes, onde se reconheça a extrema importância dos recursos humanos para a internacionalização da língua e o Ensino Português no Estrangeiro.

Uma política de língua não se compadece com a falha, por diversas vezes detetada, da inexistência da sua estruturação, que não tem nem nunca teve mas que o Governo tenta disfarçar. A verdade nua e crua é que

Portugal não tem e nunca teve uma política de língua estruturada, estrategicamente orientada e consequente.

Quando o Governo vem agora “tentar” reformular (mais um verbo em –ar) o ensino da língua e cultura portuguesas no estrangeiro, afigura-se-nos intelectualmente e politicamente desonesto esperar que num tempo de fortíssimas limitações financeiras se há de recuperar o muito que não se fez e deveria ter sido feito!

Pouco se pode fazer agora e o que está a ser tentado, em evidente “clima de guerra” é disfarçar o que se constata e evidencia: Portugal não tem uma política de língua! Mesmo com “âncoras da diáspora” metidas pelo meio! Mas é consabido que também não a terá enquanto ela não for um desígnio nacional e andar ao sabor das mudanças partidárias, conduzida por “inspirações” de circunstância, sem rumo nem norte. A tónica colocada na rentabilização dos recursos humanos existentes no “terreno” mais não serve que para uma “fina camuflagem” dos desígnios deste Governo, comandado por um “capitão” de navio, ancorado no Cais das Colunas, mesmo ali, junto ao Ministério das Finanças!

Os sucessivos governos têm feito da política de língua uma retórica vazia de sentido, resultante inevitável de falta de cultura, da falta de responsabilidade e do mais puro oportunismo político. Pode-se desfraldar a bandeira dos mais de 200 milhões de falantes de Português mas nada se avança e nada se faz!

Oa primeiros sinais...

Para o atual Ministro dos Negócios Estrangeiros que tutela o Ensino Português no estrangeiro via Camões, Instituto da Língua e da Cooperação é necessária uma reestruturação total do atual modelo. Os primeiros sinais já se começam a observar através das medidas discricionárias, restritivas e economicistas do Secretário de Estado das Comunidades. Todavia, o mais importante está por fazer. Ainda nada se viu em termos de esforços diplomáticos, junto das autoridades dos países de acolhimento, que aposte no incentivo à integração das aulas nos sistemas desses países. Pensou-se ainda no desenvolvimento do ensino b-learning (sistema misto de ensino presencial e à distância). Mais uma teoria revivalista que procurava fazer renascer das cinzas a “famosa” teleescola. Depressa foi abandonada dado que o anterior, com patrocínio da Caixa Geral de Depósitos, além de prematuro, foi um nado morto! Esta solução, mesmo que conjuntural fosse o seu entendimento mais não constituiria que um “desenrascango”, sem método e, como tal, condenada ao fracasso.

É necessário uma ação política persistente, estrategicamente orientada, a promoção da interligação da língua com a cultura, a flexibilização de medidas que propiciem acordos com cenários locais, uma descentralização efetiva, uma formação séria de recursos humanos e uma conjugação de

esforços com as autoridades dos países de acolhimento.

Algo se tem falado sobre os mecanismos de certificação, mas, até hoje, ainda nada de concreto foi avançado. A única valência apontada serve de suporte para a solicitação aos nossos imigrantes do pagamento da famigerada propina, tão necessária, no dizer do governante, para permitir a implementação das tais "medidas" de reestruturação enunciadas pelo ministro dos Negócios Estrangeiros.

Todas as línguas constituem formas preferenciais de identificação cultural no uso que delas faz o falante no seu quotidiano, e contribuem para a realização do indivíduo como membro de uma comunidade. Assim, quando uma língua viva passa a ser menos conhecida e menos utilizada por pessoas para quem não é língua materna, perdem-se referências históricas e torna-se mais obscura a caracterização da comunidade que a fala.

A necessidade de definir uma política de ensino e difusão da língua decorre destas razões de caráter psicossocial e cultural. Se quisermos, inclusivamente, raciocinar em termos economicistas, sabemos que a expansão de uma língua traz uma expansão de interações comerciais – como o souberam os nossos antepassados.

É necessário distinguir os contextos onde o ensino da língua se conjuga intimamente com a difusão da cultura, literatura e história dos contextos em que apenas o ensino da língua é prioritário.

Necessário ainda se torna fazer um levantamento das condições e em que condições funciona o ensino do Português, dos interesses particulares dos vários países e das necessidades reais de cobertura de diversas áreas.

É importante a revisão e flexibilização da função do professor de modo a permitir a manutenção dos elementos competentes e a avaliação do trabalho realizado e da sua integração nas comunidades em que ensinam. ●

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Em defesa do emprego docente

NÉLIO DE SOUSA (Direção do SPM)



Os docentes dizem NÃO: ao desemprego, aos horários-zero e à perda de qualidade no ensino

Professores na Madeira aprovam vigília de 24 horas. Professores na concentração pelo emprego docente, na tarde de 21 de abril, no Funchal, em frente à secretaria regional da Educação e Recursos Humanos, aprovaram a realização de uma vigília, a agendar oportunamente.

Aprovaram ainda a moção "Pelo Emprego Docente, pela Qualidade da Educação e do Ensino, NÃO ao desemprego, NÃO aos horários-zero", a ser entregue às autoridades, e um abaixo-assinado a ser subscrito pelos docentes ou qualquer outro cidadão.

A moção exige do Secretário Regional da Educação três coisas: - Esclarecimento, em tempo útil, das implicações da alteração da estrutura curricular na "vida" das escolas e no desenvolvimento do sistema educativo; - Manutenção da atual legislação relativa ao

número de alunos/turma como forma de manter e melhorar as aprendizagens educativas; - Adoção de medidas, negociadas e concertadas com as estruturas sindicais representativas dos docentes, que mantenham ao serviço todos os professores e educadores que se têm revelado necessários ao sistema educativo.

A iniciativa do SPM constituiu uma tomada de posição por parte dos docentes face ao desemprego "anunciado" no setor por uma série de fatores. Para o SPM, os professores e educadores atualmente no sistema de educação e ensino são necessários e imprescindíveis para o bom funcionamento das escolas e para a qualidade educativa que a sociedade espera e exige. ●

+ INFO www.spm-ram.org

ENSINO SUPERIOR

Pedido de audiências ao Provedor de Justiça e à C. Parlamentar de Educação

A FENPROF solicitou (26 de abril) audiências ao Provedor de Justiça e à Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República, para apresentar cinco problemas que estão a afetar a situação profissional de muitos docentes do ensino superior, a criar situações de desigualdade e a violar a lei: **1.** A recusa generalizada, por parte das instituições de ensino superior público, de, conforme resulta da lei, colocarem no 1º escalão remuneratório das respetivas escalas indiciárias os professores auxiliares e os professores adjuntos que estão a aceder a estas categorias por força do regime transitório das correspondentes carreiras, após aprovação em provas de doutoramento ou de título de especialista; **2.** A exigência de

pagamento de propinas de doutoramento por parte dos docentes do Ensino Superior Politécnico, sem fundamento legal, dado que a obtenção deste grau passou a constituir-se como uma exigência daquela carreira; **3.** A denúncia unilateral de contratos de bolsas de doutoramento, tanto pela FCT, como, no caso do PROTEC, por instituições do Ensino Superior Politécnico, a docentes daquele setor; **4.** A recusa pela generalidade das instituições de remunerarem os professores que obtêm a agregação de acordo com a escala indiciária correspondente à aquisição daquele título; **5.** A omissão legislativa no que se refere ao regime do pessoal docente e investigador das instituições privadas de ensino superior. ●



Ronda de solidariedade com os povos de Portugal, Grécia e Espanha

MANUELA MENDONÇA
(membro do SN da FENPROF)

Promovida pela maior organização sindical de professores da Alemanha (GEW) e pela central sindical alemã DGB, realizou-se de 17 a 19 de Abril, em três cidades alemãs (Frankfurt, Colónia e Dortmund), uma ronda de solidariedade com os povos de Portugal, Grécia e Espanha. Esta iniciativa teve como lema “Por uma Europa Social, contra a política de demolição neoliberal e a regressão em direitos laborais”. Em cada uma destas cidades teve lugar uma conferência de imprensa e um debate público, em que participaram, a convite das organizações promotoras, representantes das maiores organizações sindicais de professores de Portugal (FENPROF), de Espanha (FECCOO) e da Grécia (OLME).

Esta iniciativa procurou dar a conhecer à opinião pública alemã a situação que se vive nestes três países do Sul da Europa, onde as políticas de austeridade têm levado ao agravamento da recessão económica, do desemprego e da precariedade, das desigualdades e da pobreza, pondo em causa as próprias bases da democracia.

Não sendo possível, no espaço deste

apontamento, desenvolver o conteúdo das intervenções que aí tiveram lugar, destacamos, como preocupações maiores:

- **A escalada** do desemprego e da pobreza. Em Espanha o desemprego estrutural atingia em 2011 (dados do Eurostat) 23,6% da população activa e 50,5% dos jovens entre os 15 e os 24 anos. No final de 2011, havia 1.575.000 famílias com todos os membros desempregados – tendência que se acentuou no primeiro trimestre de 2012, atingindo neste momento cerca de 1.700.000 famílias. Na Grécia, as estatísticas oficiais de desemprego dobraram de 9% em 2009 para 18,4% em 2011. Entre os jovens atinge já 45%. Os cortes salariais e o aumento de impostos reduziram brutalmente o poder de compra e a qualidade de vida, havendo cada vez mais registos de alunos com fome;

- **O ataque** ao Estado Social e à educação pública. Em Espanha, os cortes recentemente anunciados na educação – 3.000.000.000 de euros a menos em 2012 – representam uma redução de 22% relativamente a 2011 e significam 100.000 professores a menos. Na Grécia, os sucessivos cortes na educação baixaram a percentagem de investimento do PIB nesta área, em 2011, para 2,9%, estimando-se que chegue a 2,4% em 2015! Num universo de cerca de 160.000 professores, entre 2010 e 2011 aposentaram-se 17.500 e foram apenas admitidos 3400.

De resto, prevê-se que em 2015 haja menos 150.000 funcionários públicos. Funcionários públicos que, por força de sucessivos cortes, já viram reduzidos os seus salários até 55%.

O salário dos professores gregos, que era 50% do salário médio na zona Euro, foi reduzido para metade no espaço de dois

anos. E nem o salário mínimo escapou a um corte de 22%!

Dos debates realizados, resultou clara a ideia de que a austeridade está a agravar as desigualdades e as injustiças, sendo a resposta à crise um pretexto para implementar na íntegra a agenda neoliberal. Concluiu-se ser urgente uma resposta sindical à escala europeia contra a ofensiva anti-social que está em marcha, e que tem atingido fortemente a Educação, para além da Saúde e da Segurança Social, sectores chave do designado Estado Social. Com uma acção comum e coordenada a nível europeu, será possível exercer maior pressão sobre os governos nacionais e sobre as instâncias europeias, de forma a encontrar uma resposta para os problemas e desafios que a Europa actualmente enfrenta.

Sublinhando a importância da solidariedade internacional neste contexto, Ulrich Thöne, presidente da GEW e também vice-presidente do Comité Sindical Europeu de Educação (CSEE), manifestou a sua oposição ao Tratado Orçamental Europeu e o apoio aos Dias Europeus de Acção que o movimento Blockupy Frankfurt irá promover nesta cidade, junto às instalações do Banco Central Europeu, entre os dias 17 e 19 de Maio. Estão previstas as seguintes iniciativas: 17.05 - Ocupação das praças, reuniões, eventos e cultura; 18.05 - Bloqueio do BCE e do Centro Bancário; 19.05 - Manifestação internacional. •



europäische Aktionstage 16.-19. Mai #besetzen #blockieren #demonstrieren
BLOCKUPY FRANKFURT 
European days of action 16th-19th May #occupy #block #demonstrate

BLOCKUPY FRANKFURT é formado por grupos e activistas do movimento OCCUPY, do movimento ATTAC, de movimentos ecológicos e para a paz, sindicalistas, uniões para a crise, iniciativas de desempregados e de imigrantes, antirracistas e antifascistas, organizações da juventude e de estudantes, activistas locais de várias orientações e partidos de esquerda.



FRANÇA

SNES reunido em Congresso

De 2 a 6 de Abril de 2012, realizou-se em Reims mais um Congresso do Syndicat National des Enseignements de 2^d Degré (SNES-SFU), com quem a FENPROF mantém estreitas relações de colaboração desde há muitos anos.

Num debate vivo e muito participado, nomeadamente por jovens, foram discutidos quatro grandes temas: i) um ensino secundário para o sucesso de todos; ii) profissionais reconhecidos, revalorizados, conceptores da sua profissão; iii) alternativas económicas, sociais e ambientais; iv) pela renovação do sindicalismo.

Num dos dias do Congresso, os muitos convidados internacionais presentes reuniram para partilhar informação sobre a realidade educativa nos seus países e posteriormente elaborar uma síntese, que serviu de base a uma intervenção apresentada ao congresso, em nome das várias delegações: Chile, Turquia, Itália, Grécia, Portugal, Espanha, Haiti, Marrocos, Brasil, Japão, Eslováquia, Holanda, Québec, Burkina Faso, (a Tunísia e a Palestina também estiveram presentes, mas apresentaram um relato específico).

Apesar das diferentes realidades, ressaltam os muitos problemas e desafios comuns. Desde logo, verifica-se, um pouco por todo o lado, uma redução sistemática dos recursos orçamentais destinados à educação pública – o único testemunho em sentido contrário veio do Brasil, que está actualmente a desenvolver políticas para reduzir as desigualdades sociais, o que passa por um investimento nos serviços públicos. Mas essa é uma excepção que confirma a regra. Na maioria dos países, a contenção orçamental é acompanhada de medidas que visam, de forma directa ou indirecta, desenvolver o ensino privado ou privatizar a escola pública.

Outro problema diz respeito ao estatuto e às condições de trabalho dos professores. Aumenta o número de alunos por turma, reduzem-se os horários dos alunos e sobrecarregam-se os dos professores. Milhares de docentes são despedidos ou contratados de forma precária.

Quase sempre são as crianças e os jovens de grupos sociais mais vulneráveis ou com necessidades educativas as primeiras vítimas dessas políticas. Mesmo em países ricos como a Holanda, os cortes orçamentais levarão no próximo ano ao encerramento de 6.000 a 9.000 estabelecimentos especializados. Nesta comunicação foi também dado destaque à situação vivida nos países do sul da Europa, onde os planos de austeridade estão a ter consequências dramáticas para os professores e para a qualidade da educação.

Em síntese, por todo o lado, as mesmas políticas neoliberais conduzem a uma espiral de recessão económica e de regressão social. Neste contexto, sublinhou-se a importância da luta sindical na denúncia da deterioração das condições de ensino e de aprendizagem e na defesa de uma educação pública de qualidade para todos. Como exemplo, foi referida – e aplaudida pelo Congresso – a greve dos estudantes universitários do Québec, que se prolonga já por mais de dois meses, e que está a ser apoiada pelos sindicatos dos professores e pela sociedade civil.

Os participantes expressaram a necessidade de promover uma forte campanha contra a privatização da escola pública, seja através da criação de plataformas que reúnam diferentes actores (professores, alunos, sociedade civil) ou através de uma resposta sindical forte e coordenada a nível internacional, a começar, naturalmente, pela Europa.

Porque num contexto em que as políticas são cada vez mais decididas a nível supranacional, o movimento sindical tem que encontrar respostas globais a um ataque que também é global. Por isso as organizações presentes manifestaram a sua determinação em abraçar juntas esse desafio. | **Manuela Mendonça** ●

ESPAÑA

Protesto nas ruas em defesa da Educação

Millhares de pessoas desfilaram no passado dia 29 de abril por toda a Espanha, em protesto contra a política de austeridade do Governo, que, como sublinha a generalidade dos comentadores e analistas, e como o movimento sindical tem alertado, está a levar o país à recessão, aumentando a já de si dramática taxa de desemprego que alastra



no país, e que, neste momento, andar já próxima dos 25 por cento!...

A tesoura foi o símbolo usado em numerosos cartazes que os manifestantes

empunharam em várias cidades espanholas, incluindo Madrid, exigindo o fim da política de cortes cegos, particularmente na Educação e na Saúde. | **JPO** ●

PROTESTO

4.600 presos políticos palestinianos nas prisões de Israel

Carta da CGTP-IN ao embaixador israelita em Lisboa

Uma delegação da CGTP-IN entregou, recentemente, na Embaixada de Israel, em Lisboa, uma carta de protesto pela continuada detenção de presos palestinianos.

Assinada por Arménio Carlos, Secretário Geral da Central unitária, a carta, dirigida ao embaixador daquele país em Portugal, exige a imediata libertação dos mais de 4.600 presos políticos palestinianos, há muito detidos em cadeias israelitas.

“A CGTP-IN acompanha há décadas a situação da ocupação da Palestina por Israel e tem desde sempre expresso a sua solidariedade com os trabalhadores e o povo Palestínianos, que têm o legítimo direito à sua pátria soberana”, refere a carta da CGTP, que acrescenta: “Simultaneamente, temos defendido o fim desta ocupação e um acordo negociado para o conflito, que permita a coexistência pacífica de Israel e da Palestina. “Esta mesma exigência, lê-se mais adiante, “tem sido feita de forma consistente pela comunidade internacional, nomeadamente através de muitas Resoluções das Nações

Unidas, por todas as forças defensoras da paz e naturalmente pelo movimento sindical internacional”.

560 com penas de prisão perpétua... A Central sindical portuguesa sublinha também que “um dos aspetos que marcam esta ocupação por Israel é o facto de, atualmente, nas prisões israelitas existirem 4.600 presos palestinianos, dos quais 560 foram condenados a prisão perpétua, 220 são crianças e 24 são deputados do Parlamento Palestíniano, tendo 204 presos já morrido nas prisões israelitas.” Depois de criticar veementemente as autoridades israelitas por essas detenções e exigir a libertação imediata de todos os presos políticos injustamente mantidos nas prisões israelitas, a Intersindical considera que “é fundamental que Israel ponha termo à construção de novos colonatos e destrua os existentes. O levantamento do bloqueio à Faixa de Gaza, a demolição do muro de separação e a retirada do exército israelita de todos os territórios ocupados são outras medidas que entendemos que devem ser tomadas urgentemente”. Por um Estado independente, democrático e livre Para a CGTP-IN, só a criação de um estado pales-



tiniano independente, democrático e verdadeiramente livre, com Jerusalém como capital e o regresso de todos os refugiados palestinianos à sua pátria, conduzirá a uma solução pacífica do conflito.

Neste contexto, Israel deve implementar as Resoluções aprovadas no Conselho de Segurança das Nações Unidas e promover o diálogo e a negociação, de forma a encontrar uma solução para este problema, pois só assim é possível consolidar a paz, a segurança e o desenvolvimento económico e social para os povos israelita e palestiniano e para os povos do Médio Oriente, conclui a carta dirigida ao embaixador de Israel em Lisboa. ●

ANIVERSÁRIO

SPRC comemora 30 anos de vida, acção e luta



os professores, a construir futuro) estão a ser assinalados com múltiplas e variadas iniciativas. Aqui ficam algumas das atividades em agenda para as próximas semanas:

• **Livros** – Apresentação de “Em Abril histórias mil... (as do 25 de Abril e outras), de Augusto Monteiro, com ilustração de Tiago Madeira, edição conjunta Lápis de Memórias/SPRC, Livraria-Café Lápis

30 anos em 30 momentos – o desafio foi lançado e está a ser concretizado. Os 30 anos de vida, ação e luta do Sindicato dos Professores da Região Centro (1982-2012, com

de Memórias, 16 de Maio, 18h00

• **Documentário** – Viagem à Alma de um Povo que Canta, filmes inéditos de Michel Giacometti, Ateneu de Coimbra, até 18 de Maio (sessões às 21 horas)

• **Exposição fotográfica** – Sahara Ocidental – Lorosae aqui tão perto, de 28 de maio a 1 de junho, no foyer do Teatro Académico Gil Vicente, Coimbra.

• **Viagens** – À descoberta das terras do Demo e da obra de Aquilino Ribeiro, distrito de Viseu, 26 de maio. Viagem a Montalegre, 26 e 27 de maio, saída de Coimbra, inscrições até 21 de maio.

• **Concurso de Contos** (9º Concurso Literário do SPRC) – Tema: “De abril a maio”; prazo limite para entrega dos trabalhos: 31 de maio; divulgação dos premiados e entrega dos prémios: 15 de Julho. ●

Concurso

**Prémio UBI
“Jovem Filósofo”**

Até 30 de julho de 2012, estão abertas as candidaturas ao Prémio UBI “Jovem Filósofo” (3ª edição), subordinado ao tema: “A importância da Filosofia em tempo de crise”. Trata-se de uma iniciativa da Comissão do Curso de Licenciatura em Filosofia da Universidade da Beira Interior, destina-se a alunos que frequentam o Ensino Secundário e tem como propósito reconhecer um trabalho de excelência sobre um tema ou problema filosófico considerado relevante. O prémio para esta edição será constituído pela publicação do ensaio vencedor, pela apresentação do trabalho na aula da área científica correspondente à questão que vai a concurso, por um fim de semana para duas pessoas num estabelecimento da rede “Pousadas da Juventude” e pela atribuição de um Certificado. Está ainda prevista a atribuição de menções honrosas. ●

Até 30 de julho de 2012, estão abertas as candidaturas ao Prémio UBI “Jovem Filósofo” (3ª edição), subordinado ao tema: “A importância da Filosofia em tempo de crise”. Trata-se de uma iniciativa da Comissão do Curso de Licenciatura em Filosofia da Universidade da Beira Interior, destina-se a alunos que frequentam o Ensino Secundário e tem como propósito reconhecer um trabalho de excelência sobre um tema ou problema filosófico considerado relevante. O prémio para esta edição será constituído pela publicação do ensaio vencedor, pela apresentação do trabalho na aula da área científica correspondente à questão que vai a concurso, por um fim de semana para duas pessoas num estabelecimento da rede “Pousadas da Juventude” e pela atribuição de um Certificado. Está ainda prevista a atribuição de menções honrosas. ●

**IV Simpósio Ibero
Americano de História
da Cartografia**

“Cartógrafos para toda a Terra. Produção e circulação do saber cartográfico ibero-americano: agentes e contextos” – é o tema do IV Simpósio Ibero-Americano de História da Cartografia já reconhecido como um dos fóruns mais empenhados na investigação do papel da imagem na construção dos objetos geográficos. A iniciativa decorrerá pela primeira vez na Península Ibérica (**11 a 14 de setembro próximo**). Trata-se de uma organização do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, em colaboração com a Universidade Nova de Lisboa (UNL) e a Biblioteca Nacional de Portugal (BNP). ●

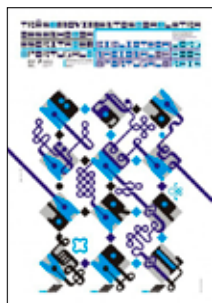
**Olimpíadas da Química 2012
na UTAD****Futuros cientistas
mostram o que valem**

A **Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD)** foi palco, no passado dia 14 de Abril, da 8ª edição das semifinais das Olimpíadas de Química Júnior, sob a égide da Sociedade Portuguesa de Química, uma iniciativa que reuniu alunos do 8º e 9º ano, de 14 escolas de vários concelhos da região Norte, desde Ponte de Lima a Bragança, num total de 28 equipas e 83 alunos. As provas consistiram na resolução de questões baseadas em observações e manipulações de experiências adequadas aos currículos daqueles anos de escolaridade.

Nesta edição, os três primeiros lugares foram conquistados pelas seguintes equipas: **1º lugar: “Quimicar”**, constituída pelas alunas Ana Catarina Salgado, Jéssica Sofia Lopes e Joana Maria Soares da Escola Básica dos 2º e 3º ciclos D. Manuel de Faria e Sousa, Felgueiras.

2º lugar: “Oxigénios”, constituída pelos alunos Alexandrina Campos Martins, Miguel Catela Feio e Laura Carneiro da escola Básica Integrada de Pedras Salgadas, Bornes de Aguiar.

3º lugar – A equipa constituída pelos alunos Ana Carolina Leitão, Jacinta de Fátima Pereira e José Pedro Lima da escola EB 2,3 da Correlhã, Ponte de Lima. ●

**Exposição na Biblioteca
Nacional****Três movimentos
da letra. O desenho da
escrita em Portugal**

A Biblioteca Nacional de Portugal (Campo Grande, Lisboa) apresenta até **31 de maio** a exposição “Três movimentos da letra. O desenho da escrita em Portugal”. Preparada por Jorge dos Reis, esta exposição, instalada na galeria do piso 1 da BNP, pretende determinar as três áreas artísticas que fazem uso da letra: a caligrafia, a poesia tipográfica e as artes plásticas. Dentro de cada uma destas áreas seleccionam-se quatro autores que possam revelar as estratégias tipográficas e caligráficas aplicadas no processo de construção da obra e que permitam um entendimento do desenho da escrita em Portugal.

A primeira parte, denominada Criação e Normalização Caligráfica, inicia-se com o estudo da evolução da escrita que conduzirá a uma estabilização de um conjunto de estilos caligráficos convencionados. Uma cronologia da caligrafia em Portugal permite fazer a transição para a caligrafia no nosso país onde são estudados os manuais caligráficos de Manuel Barata, Manuel de Andrade de Figueiredo, António Jacinto de Araújo e Joaquim José Ventura da Silva. Libertação e Experimentação Tipográfica constituem a segunda parte do estudo iniciando-se com uma análise gráfica e histórica da notação musical, permitindo a observação consequente da partitura primitiva do século IX em contraponto com a notação linguística da fonética. Enquadram-se um conjunto de cinco obras paradigmáticas da, denominada, notação tipográfica que irá permitir consolidar o conceito de poesia tipográfica aplicado a determinadas obras de Ernesto Melo e Castro, Salette Tavares, Américo Rodrigues e Manuel Portela. ●

**“Seminário sobre Rodas”****Holocausto e resistência**

Estão abertas até **31 de maio** as inscrições para a visita de estudo “Seminário sobre Rodas”, este ano pela Bélgica e Holanda, que a “Memoshóá” – Associação Memória e Ensino do Holocausto leva a efeito **entre 4 e 11 de agosto**.

Trata-se de uma viagem que se realiza pelo quarto ano consecutivo, com o objetivo de estabelecer o contacto direto com os espaços marcados pelas vivências da Segunda Grande Guerra Mundial e, em particular, do Holocausto. Este ano, destaca-se o impacto da comunidade judaica holandesa ao longo das várias épocas e também a ação de resistência ocorrida nos dois países.

A iniciativa é uma viagem de memória e reflexão nos próprios locais onde decorreram estes acontecimentos históricos. Para mais informações, consultar o sítio Visita de Estudo à Bélgica e à Holanda – Seminário sobre Rodas 2012: <http://w3.memoshoa.pt/index.php/belgica-holanda> ●

AO VIVO

29ª edição do Jazz em agosto

O outro lado do jazz



Um olhar perscrutador sobre os múltiplos caminhos do jazz no presente, na sua diversidade menos convencional, marca a 29ª edição do Jazz em agosto que prossegue a visão de historiar uma atualidade cheia de clivagens contudo fascinante. No anfiteatro ao ar livre, palco principal, iniciando a sequência, Sunny Murray, o primeiro baterista do freejazz e também primeiro companheiro de Cecil Taylor

e Albert Ayler, renova a identidade no trio que cultiva há dez anos com acólitos ideais, os britânicos John Edwards e Tony Bevan. A nova geração do jazz britânico, evidenciando energia, consubstancia no quinteto Led Bib uma contagiante combinação de mundos musicais paralelos. No encontro de Misha Mengelberg e Evan Parker, em pessoalíssimo diálogo, a sua estatura de criadores de linguagem augura os melhores presságios.

Matthew Shipp em novo trio atinge uma decisiva dimensão de criatividade em simbiose com Michael Bisio e Whit Dickey. Em mais uma fórmula de duo e noutro diálogo muito pessoal, Marilyn Crispell e Gerry Hemingway revelam profundas sensibilidades em poderosas e/ou delicadas conjunções. O sexteto de Chicago de Ingebrigt Håker Flaten em ponte norte-atlântica é uma forte expressão coletiva onde, num escol de músicos, brilham individualidades.

No Teatro do Bairro, palco ideal para formações desalinhasdas sucedem-se três concertos duplos: o recente grupo português de música improvisada Nuova Cameraata onde se destacam Pedro Carneiro e Carlos Zingaro, o britânico trioVD, exaltante na sua intenção sónica e o Trio Das Kapital em coligação com o universo combativo de Hanns Eisler. Na 2ª parte de cada concerto, três reputados e diferenciados turntablists exercem peculiares estéticas experimentais: o português Marcos Farrajota aka unDJMMMMNNRRRRG, o francês eRikm e o japonês Takuro Mizita Lippit aka DJ Sniff. No Auditório 3, quatro filmes documentais e uma conferência unificam o festival: Sunny's Time Now de Antoine Prum, Soldier of the Road - Peter Brötzmann de Bernard Josse e Gérard Rouy, Inside Out in the Open de Alan Roth e City of the Winds de Gilles Corre. O crítico britânico Brian Morton, co-autor do Penguin Guide of Jazz na conferência Jazz criticism: an open verdict argumentará sobre o papel da crítica atual do jazz.

Bem-vindos ao Jazz em agosto 2012, o outro lado do jazz. •

Rui Neves Diretor Artístico do Jazz em agosto.

EXPOSIÇÃO

Fotografias do World Press Photo em Lisboa

Até ao dia 20 de maio



Em Lisboa estão em exposição 160 fotografias premiadas na edição deste ano do World Press Photo, o maior concurso internacional de fotojornalismo. A exposição pode ser visitada no Museu da Electricidade até ao dia 20 de maio. A 55ª edição do World Press Photo premiou 57 fotógrafos, de 24 nacionalidades, em nove categorias diferentes. Submetidas a concurso foram 101254 fotografias, de 5247 fotógrafos, de 124 países diferentes. •

PROGRAMA

Maior na Casa da Música

Em maio, a Casa da Música dá destaque às mais diversas estéticas, épocas e latitudes. Obras de compositores eternos como Wagner, Debussy, Tchaikovski ou Stravinski são-nos dadas a ouvir pela Orquestra Sinfónica do Porto Casa da Música, em cujas performances se destacam a estreia mundial de uma encomenda a Bruno Mantovani e a interpretação de dois solos para orquestra de Pascal Dusapin, a quem o Remix Ensemble dedica o último concerto do mês. Também da cidade luz chegam as irmãs Labèque, que formam o mais famoso duo de pianistas do mundo, e as canções inesquecíveis de Serge Gainsbourg, na voz da sua diva, Jane Birkin. Bem diferente é a proveniência de um visita de luxo: a Orquestra Sinfónica Juvenil de Caracas,

dirigida pelo jovem prodígio Andrés Rivas. A pop faz-se representar por The Magnetic Fields e Rita Redshoes; o reggae traz o brasileiro Armandinho; a world convoca Susana Baca e os Madredeus. De sinais opostos são os dois formatos do Optimus Clubbing:

a versão DJ leva-nos à vanguarda da música eletrónica berlinense, com Thomas Fehlmann e Gudrun Gut; o modelo clássico transporta-nos para os ritmos quentes da soul e do funk, à boleia de agitadores como Quantic & Alice Russel, Sweet Vandals e King Britt. •

+ INFO www.casadamusica.com

18/05: "O Fantasma de Mozart" pela Orquestra Sinfónica do Porto





Foi divulgado em Lisboa (26/04/2012) o regulamento do Prémio de Poesia António Gedeão 2112, iniciativa da FENPROF que conta com o patrocínio da SECRE – Corretores de Seguros. Participaram, nesta breve sessão de apresentação (foto): Mário Nogueira, Secretário Geral da FENPROF; Paulo Loureiro, Presidente do Conselho de Administração da SECRE; e Paulo Sucena, antigo Secretário Geral da FENPROF,

INICIATIVA

Iniciativa FENPROF com o patrocínio SECRE, Corretores de Seguros

Prémio de Poesia António Gedeão 2012

de Escritores (APE), José Manuel Mendes, docente da Universidade do Minho, também integram o júri. “Trata-se”, como sublinha uma nota de imprensa entretanto divulgada pelo Secretariado Nacional da FENPROF, “de um Júri de elevada qualidade que garante critérios também de grande exigência. Este prémio tem um valor de sete mil e quinhentos euros (7.500 euros), sendo o vencedor divulgado em cerimónia pública a realizar em Outubro

de 2012, integrada nas comemorações do Dia Mundial do Professor.”

“Para a FENPROF esta é uma iniciativa de grande importância. Enquanto maior e mais representativa organização sindical de docentes e investigadores em Portugal, à FENPROF colocam-se mais e maiores responsabilidades na promoção e valorização dos docentes e de toda a sua atividade. Escrever é, claramente, uma atividade que os professores desenvolvem por razões de ordem profissional, mas igualmente fora do exercício da sua profissão. Foi com a intenção de valorizar essa atividade que a FENPROF, em parceria com a SECRE, decidiu criar este Prémio Literário”, conclui a nota que chegou às redações. | JPO •

Regulamento

O Prémio Literário FENPROF/SECRE, instituído pela Federação Nacional dos Professores (FENPROF), e patrocinado pela SECRE, destina-se a galardoar obras de poesia em português e de autor português, publicadas integralmente e em 1ª edição no ano 2011.

Este prémio tem como finalidade distinguir obras literárias, de poesia e ficção narrativa, em anos alternados, de professores no ativo ou aposentados, de qualquer grau da educação e do ensino, público ou privado, e também de docentes deslocados em outros serviços ou funções.

O prémio de poesia FENPROF/SECRE de 2011 contempla livros cuja autoria se enquadre nos requisitos anteriormente explicitados.

O valor deste prémio, a cujo concurso não são admitidas obras póstumas, é de € 7.500.00 (sete mil e quinhentos euros).

A divulgação deste regulamento é feita através dos meios de comunicação social e dos órgãos de informação da FENPROF e dos seus Sindicatos e entidades diretamente interessadas.

Os concorrentes deverão enviar pelo correio, ou entregar em mão, cinco exemplares na sede da FENPROF ou dos seus Sindicatos (Sindicato dos Professores do Norte, Sindicato dos Professores da Região Centro, Sindicato dos Professores da Grande

Lisboa, Sindicato dos Professores da Zona Sul, Sindicato dos Professores da Madeira, Sindicato dos Professores da Região Açores e Sindicato dos Professores no Estrangeiro) até ao dia **31 de Julho de 2012**.

O Secretariado Nacional da FENPROF designará três membros do Júri de que não poderão fazer parte poetas ou editoras com obras a concurso.

O Júri disporá de sessenta dias para deliberar, reunindo, nesse período de tempo, sempre que achar conveniente.

O Prémio será atribuído a um único livro e não ao conjunto da obra do seu autor. A deliberação é tomada por maioria simples, excluindo-se sempre a posição de abstenção e as possibilidades de atribuição ex aequo e de menções honrosas.

O Prémio não será atribuído se o Júri entender que nenhuma das obras em concurso o justifica.

Tomada a deliberação, de que não cabe recurso, o Júri lavrará uma circunstanciada ata final que, em anexo, conterá as declarações individuais de voto de cada um dos seus membros.

O representante da FENPROF, em coordenação com o Secretário Geral da Federação, prestará, nas sessões que vierem a realizar-se, todo o apoio necessário ao funcionamento do Júri.

Far-se-á o anúncio da obra premiada logo após a deliberação do Júri.

A entrega do Prémio ao autor galardoado ocorrerá numa cerimónia pública, a realizar em Outubro de 2012, integrada nas comemorações do Dia Mundial do Professor.

As edições subsequentes da obra galardoada deverão referenciar, em lugar destacado, o Prémio e a entidade patrocinadora. •

António Gedeão dá nome a um prémio de Poesia que promete...

